

**INSTITUTO
FEDERAL**

Pará

Campus
Breves

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS BREVES
2019 - 2023**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS BREVES
2019 - 2023

Outubro/2019
Breves/PA

FICHA TÉCNICA

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministério da Educação

Abraham Bragança de Vasconcellos
Weintraub

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Ariosto Antunes Culau

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

Reitor

Cláudio Alex Jorge da Rocha

Pró-reitora de Ensino

Elinilze Guedes Teodoro

Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Ana Paula Palheta Santana

Pró-reitor de Extensão

Fabício Medeiros Alho

Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Raimundo Nonato Sanches de Souza

Pró-reitor de Administração

Danilson Lobato da Costa

Diretor Executivo

André Moacir Lage Miranda

Diretor de Tecnologia da Informação

Paulo Henrique Gonçalves Bezerra

Diretor de Gestão de Pessoas

Fábio Dias dos Santos

IFPA CAMPUS BREVES

Diretor Geral

Mario Médice Costa Barbosa

Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Extensão

Antônio Maria do Amaral Neto

Chefe do Departamento de Administração

Odirson Michel Tavares da Silva

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

PRESIDENTE

Hericley Serejo Santos

MEMBROS

Vice-Presidente

Mário Médice Costa Barbosa

Titular TAE

Odirson Michel Tavares da Silva

Suplente TAE

Romildo Castor Araújo

Titular Docente

Antônio Maria do Amaral Neto

Suplente Docente

Flávio Alipio Rodrigues Solano

Titular Discente

Nilson Correa da Silva

Suplente Discente

Diego Rufino Bernardo

Histórico de alterações

Data	Versão	Descrição	Autor
30/10/2019	1.1	Criação do Documento	IFPA Campus Breves
31/05/2022	1.2	Inclusão dos indicadores PI1.1 e PI1.2 Atualização da nomenclatura Indicador PI1.3	IFPA Campus Breves

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Documentos utilizados para a elaboração do PDC Campus Breves 2019-2023	9
Quadro 2 - Análise SWOT do IFPA Campus Breves	10
Quadro 3 - Apresentação dos objetivos estratégicos, indicadores e metas, do Campus Breves, para o período de vigência do PDI 2019-2023.	12
Quadro 4 – Cursos em funcionamento no ano de 2018	39
Quadro 5 – Cronograma de expansão dos cursos em funcionamento, em fase de autorização ou de futura solicitação com vigência entre 2019 e 2023.	40
Quadro 6 – Mapa de Riscos	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Evolução do corpo docente por regime de trabalho nos últimos cinco anos.	42
Tabela 2 – Quantitativo do corpo docente por regime de trabalho e qualificação profissional no ano de 2018.	42
Tabela 3 – Plano de evolução de capacitação para o corpo docente na vigência do PDI entre 2019 e 2023.	42
Tabela 4 – Plano de evolução do corpo docente por regime de trabalho nos próximos cinco anos.	43
Tabela 5 – Plano de evolução de qualificação para o corpo docente na vigência do PDI entre 2019 e 2023.	43
Tabela 6 – Evolução do corpo técnico administrativo nos últimos cinco anos.	44
Tabela 7 – Quantitativo do corpo técnico administrativo por nível de classificação no ano de 2018.	44
Tabela 8 – Quantitativo e percentual do corpo técnico administrativo por nível de classificação no ano de 2018.	44
Tabela 9 - Plano de evolução de capacitação para o corpo técnico administrativo em educação na vigência do PDI entre 2019 e 2023.	45
Tabela 10 – Plano de expansão do corpo técnico administrativo na vigência do PDC entre 2019 e 2023.	45
Tabela 11 – Plano de evolução da qualificação do corpo técnico-administrativo na vigência do PDC entre 2019 e 2023.	46
Tabela 12 - Dimensão e quantidade atual e estimada de ambientes de infraestrutura física para o período de vigência do PDC.	47
Tabela 13 - Quantidade de títulos e exemplares, atuais e estimados para 2019 a 2023, de acervo bibliográfico.	51
Tabela 14 – Quantidade de equipamentos dos laboratórios de informática, atuais e estimados para 2019 a 2023.	52
Tabela 15 – Quantidade de equipamentos de informática para uso administrativo, atuais e estimados para 2019 a 2023, por tipo de equipamento.	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BSC	Balanced Scorecard
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODIR	Colégio de Dirigentes
CONDIR	Conselho Diretor
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DINTER	Doutorado Interinstitucional
EAD	Educação à Distância
EGPGP	Escritório de Gerenciamento de projetos de Gestão e Processos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIC	Formação Inicial e Continuada
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IFPA	Instituto Federal do Pará
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Leis Orçamentárias Anuais
MINTER	Mestrado Interinstitucional
NAPNE	Núcleo De Atendimento às Pessoas Com Necessidades Educacionais Específicas
PAM	Plano Anual de Metas
PARFOR	Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDC	Plano de Desenvolvimento do Campus
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEDPI	Programa Institucional de Estímulo ao Desenvolvimento de Pesquisa e Inovação
PGIRC	Política de Gestão da Integridade, Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão
PGPE	Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PME	Plano Municipal de Educação
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PROAD	Pró-Reitoria de Administração

ProEgressos	Política Institucional, e regulamenta as atividades e os procedimentos gerais do Programa de Atendimento aos Egressos
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN	Pró-Reitorias de Ensino, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão. A Pró-Reitoria de Ensino
PRO-EXTENSÃO	Programa Institucional de Auxílio às Atividades de Extensão
ProITEC	Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania
Pró-OMT	Política Institucional e o Programa Rede Observatório do Mundo do Trabalho
QDD	Quadro de Detalhamento da Despesa
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIGPP	Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
TAE	Técnico-Administrativo em Educação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 MÉTODO	10
2 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	9
3 RESULTADOS DO PDC ANTERIOR	9
4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CAMPUS	9
4.1 Missão, Valores e Visão	9
4.1.1 Missão Institucional	9
4.1.2 Visão	9
4.1.3 Valores e Princípios	9
4.2 Direcionamento estratégico.....	9
4.3 Mapa Estratégico.....	11
4.4 Objetivos estratégicos	10
4.5 Monitoramento	10
4.5.1 Indicadores e metas	10
4.6 Plano de Ação	11
4.7 Cadeia de Valor do IFPA	19
5 PERFIL INSTITUCIONAL	22
5.1 Histórico do Campus	24
5.2 Finalidade	25
5.3 Área (s) de atuação acadêmica	26
6 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)	28
6.1 Inserção regional	28
6.2 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais	28
6.3 Organização didático-pedagógica da instituição	29
6.4 Políticas de Ensino	30
6.5 Políticas de Extensão	30
6.6 Políticas de Pesquisa	30
6.7 Políticas de Educação a Distância	32
6.8 Políticas de Ações Afirmativas e Educação Inclusiva	33
6.9 Políticas de Educação Ambiental	35

6.10 Políticas de Educação no Campo	35
6.11 Política de Certificação Profissional	36
6.12 Responsabilidade Social do Campus	37
7 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS	38
7.1 Descrição da situação atual e projeções de oferta de cursos em todos os Campi do IFPA para o período de 2019-2023	38
8 PERFIL DO CORPO DOCENTE	42
8.1 Composição	42
8.2 Plano de carreira	42
8.3 Critérios de seleção e contratação.....	43
8.4 Procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores do quadro 43	
8.5 Cronograma e plano de expansão do corpo docente	43
9 PERFIL DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	44
9.1 Composição	44
9.2 Plano de carreira	44
9.3 Forma de desenvolvimento	45
As capacitações e qualificações serão fundamentadas no Decreto nº 9.991/2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Resoluções do CONSUP/IFPA e nos planos de desenvolvimento de pessoas do IFPA. A Tabela 9 apresenta o plano previsto para evolução de capacitação do corpo técnico administrativo em educação para a vigência do PDI entre 2019 e 2023.	
45	
9.4 Critérios de seleção e contratação.....	45
9.5 Cronograma e plano de expansão do corpo técnico-administrativo	45
10 INFRAESTRUTURA	46
10.1 Cronograma de Infraestrutura física atual e de expansão para o período de vigência do PDC	46
10.2 Biblioteca	47
10.3 Laboratórios de Informática e Equipamentos de Tecnologia da Informação	52
10.4 Recursos tecnológicos e de audiovisual para uso administrativo	52

10.5 Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais	53
10.6 Plano de substituição de veículos	54
11 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CAMPUSE POLÍTICAS DE GESTÃO DO IFPA.....	55
11.1 Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico	55
11.2 Órgãos Colegiados	57
11.3 Políticas de Gestão do IFPA.....	57
12 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....	62
12.1 Estímulos à permanência (concessão de auxílios, bolsas e fortalecimento de serviços) 62	
12.2 Programas de apoio pedagógico e financeiro	63
12.4 Acompanhamento dos egressos	64
13 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	64
14 GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	66
15 PROCESSO DE MONITORAMENTO, CONTROLE E REVISÃO DO PDC	66
16 PLANO PARA GESTÃO DE RISCOS	67
17 CONCLUSÃO.....	76

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento do Campus (PDC) do Instituto Federal do Pará (IFPA), Campus Breves, reúne as estratégias e ações que nortearão as práticas educativas e administrativas para o alcance dos objetivos estratégicos definidos no atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPA, vigente no período de 2019 a 2023. A partir da abordagem das diferentes dimensões que compõem o Instituto (o ensino, a pesquisa, a extensão, a inovação e as distintas competências administrativas), todas dedicadas a darem condições para a oferta de melhores serviços educacionais à sociedade, o PDC busca estabelecer alinhamento ao IFPA como um todo, junto aos demais Campi, para avançar no processo de manutenção dos atuais serviços e de implementação de melhorias que sejam condizentes ao contexto social, político e econômico do país, de modo a dar suporte à superação dos atuais desafios da sociedade.

O objetivo geral do documento é estruturar as ações que serão realizadas pelo Campus Breves para o alcance dos objetivos estratégicos definidos no PDI 2019-2023 do Instituto Federal do Pará, observando as peculiaridades locais dos sujeitos, da infraestrutura disponível e da sociedade, e ainda considerando as condições atuais e as necessárias para a efetiva execução e o alcance das metas estabelecidas.

Enquanto única unidade do IFPA no Marajó, área marcada por uma exuberante sociobiodiversidade e, paralelamente, por questões sociais de desigualdade e vulnerabilidade, o Campus Breves pretende, a partir do PDC, atender às populações presentes no território e reforçar seu compromisso em oferecer uma educação profissional pública, gratuita e de qualidade social, que seja capaz de contribuir com os Arranjos Produtivos Locais e de oferecer condições para o desvelamento dos potenciais produtivos e econômicos da região, despertando demandas latentes e melhor preparando os jovens para os desafios do mundo do trabalho marajoara.

O PDC do IFPA Campus Breves buscou ser um reflexo do processo democrático e transparente de elaboração do PDI 2019-2023, priorizando a participação ativa da comunidade acadêmica e criando espaços online e offline para que docentes, discentes e técnicos-administrativos se expressassem sobre as percepções a respeito dos melhores caminhos a serem tomados para o desenvolvimento das atividades do Instituto pelos próximos anos de vigência do documento.

O presente documento é estruturado em tópicos que apresentam desde os enunciados da missão, visão e valores do Campus, construídos coletivamente pela comunidade acadêmica durante as oficinas de elaboração do PDI 2019-2023, até as diretrizes gerais de gestão das principais dimensões de atuação do Campus, detalhando as atividades a serem realizadas por cada área.

1 MÉTODO

O Plano de Desenvolvimento do Campus (PDC) do Instituto Federal do Pará, Campus Breves, foi desenvolvido sob as orientações da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PRODIN), sendo amparado pela Portaria 1693/2019-GAB, publicada em 23 de julho de 2019, que definiu a constituição de Comissão Local para a elaboração do documento, a construção colaborativa a partir do envolvimento e contribuição direta da comunidade acadêmica, e a indicação dos tópicos e respectivos conteúdos textuais, sempre alinhados ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023.

A Comissão Local do IFPA Campus Breves, instituída pela Portaria 237/2019, foi composta por oito membros indicados pela Direção Geral, sendo um titular e outro suplente: três representantes dos docentes, entre os quais o vice-presidente, função ocupada pelo Diretor Geral do Campus; três representantes dos técnicos-administrativos, entre os quais o presidente, função ocupada pelo Chefe do Setor de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação Institucional; e dois representantes dos discentes, sendo um da educação básica e outro do ensino superior. Na portaria, foram definidas as atribuições da Comissão Local que, em aspectos gerais, estavam relacionadas à divulgação, planejamento, produção, acompanhamento de todo o processo de elaboração do PDC, incluída a submissão do documento à apreciação do CONDIR do Campus e ao CONSUP do IFPA até a sua efetiva publicação e disponibilização à sociedade.

A construção do PDC contou com as seguintes etapas:

1) Reunião da Comissão Local para a definição da dinâmica a ser adotada com a finalidade de garantir a participação e contribuição direta da comunidade acadêmica na elaboração do documento, estabelecendo um plano de ação prévio;

2) Apresentação à comunidade acadêmica sobre a importância da construção coletiva do PDC, compartilhando os principais resultados obtidos no documento anterior e socializando o plano de ação sugerido pela Comissão Local, estando aberto a sugestões. A apresentação ocorreu por meio de uma programação de reuniões que se propôs a envolver os três turnos de funcionamento do Campus;

3) Disponibilização de um formulário eletrônico onde os docentes, discentes e técnicos-administrativos puderam sugerir a inclusão de novos indicadores e ações para o alcance dos objetivos estratégicos do Campus;

4) Escrita coletiva do PDC a partir do compartilhamento dos tópicos do documento entre os responsáveis por cada área do Campus para o preenchimento das informações solicitadas pela Portaria 1693/2019-GAB;

5) Apresentação à comunidade acadêmica da minuta do PDC, antes do envio à PRODIN, bem como das sugestões obtidas via formulário eletrônico, para a obtenção de considerações dos participantes;

6) Consolidação dos ajustes sugeridos na minuta do documento e submissão ao PRODIN e demais Unidades administrativas da Reitoria para, posteriormente, ser submetido ao CONSUP.

Para a Comissão Local, responsável pela elaboração do documento, o processo poderia ter sido mais amplo e abrangente para garantir um maior envolvimento e contribuição direta da comunidade acadêmica. No entanto, o prazo para a entrega do documento, definido em 90 dias, a existência de diferentes fatores e de rotina das práticas de ensino, e ainda as particularidades de servidores ligados às informações demandadas pelo PDC, limitaram as atividades de execução, exigindo da Comissão Local o estabelecimento de estratégia que

viabilizasse a construção do documento dentro do prazo definido.

2 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

A partir do referenciamento adotado pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do Instituto Federal do Pará, o PDC foi construído com base na legislação vigente, conforme Quadro 1, que apresenta os documentos utilizados para a sua elaboração.

Quadro 1 - Documentos utilizados para a elaboração do PDC Campus Breves 2019-2023

LEGISLAÇÃO	OBJETO
Constituição Federal/1998	Constituição da República Federativa do Brasil de 1998.
Decreto nº 2.208/1997	Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da LDB.
Decreto nº 2.494/1998	Regulamenta o Art. 80 da LDB.
Decreto nº 5.154/2004	Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da LDB.
Decreto nº 5.224/2004	Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.
Decreto nº 5.296/2004	Regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com necessidades específicas, e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
Decreto nº 5.707/2006	Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal direta, autarquia e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/1990.
Decreto nº 5.773/2006	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequências no sistema federal de ensino.
Decreto nº 5.840/2006	Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).
Decreto nº 6.949/2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
Decreto nº 7.234/2010	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).
Decreto nº 9.235/2017	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequências no sistema federal de ensino.
Decreto nº 15.149/1921	Cria um Patronato Agrícola no município de Outeiro, Estado do Pará, sob a denominação de «Manoel Barata».
Decreto nº 70.688/1972	Autoriza a transferência do Colégio Agrícola "Manoel Barata", da sede atual, na localidade de Outeiro, Ilha de Caratateua, Município de Belém, para a Cidade de Castanhal, Município de Castanhal, Estado do Pará.
Decreto nº 83.935/1979	Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica.
Instrução Normativa nº 03/2016- PROEN/IFPA	Regulamenta os procedimentos para a inclusão de disciplinas ofertadas a distância em cursos presenciais técnicos de nível médio e superior de graduação, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
Instrução Normativa 02/2017-PRODIN/IFPA	Cria a Estrutura Organizacional de Referência para os Campi do IFPA, com vistas à padronização de funções e atribuições.
Lei nº 5.692/1971	Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.
Lei nº 7.596/1987	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200/1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900/1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299/ 1986.
Lei nº 8.112/1990	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
Lei nº 8.745/1993	Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal.

Lei nº 8.958/1994	Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações.
Lei nº 9.394/1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Lei nº 9.795/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências
Lei nº 10.048/2000	Dá prioridade de atendimento às pessoas com necessidades específicas, e dá outras providências.
Lei nº 10.098/2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências
Lei nº 10.639/2003	Altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da disciplina "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
Lei nº 10.861/2004	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências.
Lei nº 10.973/2004	Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.
Lei nº 11.091/2005	Plano de carreira dos servidores técnico-administrativos, alterada pela Lei nº 11.784/2008.
Lei nº 11.645/2008	Altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da disciplina "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
Lei nº 11.784/2008	Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) e dá outras providências.
Lei nº 11.892/2008	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
Lei nº 12.605/2012	Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas.
Lei nº 12.772/2012	Estruturou, a partir de 1º de março de 2013, o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal.
Lei nº 12.863/2013	Altera a Lei nº 12.772/2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera as Leis nº 11.526/2007, 8.958/1994, 11.892/2008, 12.513/2011, 9.532/1997, 91/1935, e 12.101/2009; revoga dispositivo da Lei nº 12.550/2011; e dá outras providências.
Lei nº 13.005/2014	Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.
Lei nº 13.530/2017	Altera a Lei nº 10.260/2001, a Lei Complementar nº 129/2009, a Medida Provisória nº 2.156-5/2001, a Medida Provisória nº 2.157-5/2001, a Lei nº 7.827/1989, a Lei nº 9.394/1996, a Lei nº 8.958/1994, a Lei nº 9.766/1998, a Lei nº 8.745/1993, a Lei nº 12.101/2009, a Lei nº 12.688/2012, e a Lei nº 12.871/2013.
Parecer CES/CNE nº 45/1972	Dispõe sobre a qualificação para o trabalho no ensino de 2º grau. O mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional
Parecer CES/CNE nº 1.070/1999	Critérios para autorização e reconhecimento de cursos de Instituições de Ensino Superior.
Portaria nº 1.466/2001- MEC	Estabelece procedimentos de autorização de cursos fora de sede por universidades.
Portaria nº 2.253/2001 – MEC	Dispõe sobre a introdução nas instituições de ensino superior do sistema federal de ensino, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial, com base no Art. 81 da Lei nº 9394/1996.
Portaria nº 3.284/2003 – MEC	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
Portaria nº 7/2004 - MEC	Orienta as IES acerca de prazos, procedimentos e aditamento aos PDI (s), previamente recomendados pelo MEC.

Portaria nº 2.051/2004 – MEC	Regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES.
Portaria nº 4.059/2004 – MEC	Regulamenta modalidade semipresencial.
Portaria nº 4.361/2004 – MEC	Dispõe sobre a autorização e reconhecimento de cursos sequenciais da educação superior.
Portaria Normativa nº 01/2007	Calendário do ciclo avaliativo do SINAES, triênio 2007/ 2009.
Portaria Normativa nº 02/2007-MEC	Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância.
Portaria Normativa nº 39/2007-MEC	Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).
Portaria Normativa nº 10/2012 -MEC	Dispõe sobre certificação de conclusão do ensino médio ou declaração de proficiência com base no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
Portaria nº 315/MEC-2018	Dispõe sobre o processo de avaliação das IES e regulamenta o processo de digitalização do acervo acadêmico.
Portaria nº 389/2013-MEC	Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências.
Portaria nº 1.291/2013 - MEC	Estabelece diretrizes de organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnológica e define parâmetros e normas para a sua expansão.
Portaria SETEC/MEC nº 58/2014	Regulamenta a concessão de bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
Portaria nº 67/2016	A despesa a ser empenhada com a contratação de bens e serviços e a concessão de diárias e passagens, nos itens e naturezas de despesa especificados no Anexo I, no âmbito dos órgãos e das unidades orçamentárias do Poder Executivo, no exercício de 2016, deverá observar os limites estabelecidos no Anexo II desta Portaria.
Portaria nº 1.134/2016 – MEC	Revoga a Portaria MEC nº 4.059/2004, e estabelece nova redação para o tema.
Portaria nº 246/2016 – MEC	Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação.
Portaria nº 179/2019 – ME	Dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços, e dá outras providências.
Portaria nº 1.342/2018-GAB/IFPA	Designa servidores para comporem o Grupo de Trabalho de Gestão de Riscos dos Objetivos Estratégicos do PDI 2019-2023 do IFPA.
Resolução CEB/CNE nº 03/2010	Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.
Resolução CEB/CNE nº 03/2012	Define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância.
Resolução CEB/CNE nº 05/2012	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.
Resolução CEB/CNE nº 06/2012	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
Resolução CES/CNE nº 02/1998	Estabelece indicadores para comprovar a produção intelectual institucionalizada, para fins de credenciamento.
Resolução CES/CNE nº 01/2001	Estabelece normas para o funcionamento de cursos de Pós-graduação.
Resolução CP/CNE nº 01/1999	Dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação, considerados os Art. 62 e 63 da Lei 9.394/96 e o Art. 9º, § 2º, alíneas "c" e "h" da Lei 4.024/61, com a redação dada pela Lei nº 9.131/95.

Resolução CP/CNE nº 01/2002	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
Resolução nº 06/2013 – CONSUP/IFPA	Aprova a Política de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Resolução nº 17/2013 - CONSUP/IFPA	Estabelece a abrangência de atuação dos campi do IFPA em relação aos Polos de Apoio Presenciais, implantados ou a serem implantados nos municípios do Estado do Pará.
Resolução nº 46/2013 - CONSUP/IFPA	Aprova o Projeto de Institucionalização da Educação a Distância, no âmbito do IFPA.
Resolução nº 096/2013 – CONSUP/IFPA	Aprova a regulamentação da Política de Afastamento do País do Servidor, no âmbito do IFPA, para missão oficial ou estudo no exterior.
Resolução nº 194/2013 - CONSUP/IFPA	Aprova a regulamentação para afastamento de servidores docentes e técnico-administrativos do IFPA, para a realização de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , no âmbito do IFPA.
Resolução nº 35/2015 – CONSUP/IFPA	Aprova a abrangência de atuação dos Campi deste Instituto em relação à oferta de programas e cursos, no âmbito dos municípios do Estado do Pará.
Resolução nº 041/2015 - CONSUP/IFPA	Aprova o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA.
Resolução nº 111/2015 - CONSUP/IFPA	Cria as áreas de abrangência dos Campi do IFPA.
Resolução nº 154/2015 - CONSUP/IFPA	Dispõe sobre a regulamentação da relação entre o IFPA e as Fundações de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Desenvolvimento Institucional.
Resolução nº 160/2015 –CONSUP/IFPA	Regulamenta a atividade de pesquisa e inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
Resolução nº 161/2015 –CONSUP/IFPA	Regulamenta o Programa Institucional de Estímulo ao Desenvolvimento de Pesquisa e Inovação (PEDPI) do IFPA.
Resolução nº 61/2016 - CONSUP/IFPA	Aprova a normatização da estrutura organizacional, das funções e suas respectivas atribuições, no âmbito da Reitoria do Instituto Federal do Pará.
Resolução nº 147/2016 - CONSUP/IFPA	Regulamenta a Política de Assistência Estudantil do IFPA.
Resolução nº 148/2016 - CONSUP /IFPA	Aprova o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
Resolução nº 016/2017 - CONSUP/IFPA	Aprova o Regimento Interno da Comissão de Ética deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
Resolução nº 174/2017 – CONSUP/IFPA	Estabelece os fundamentos, os princípios e as diretrizes para as atividades de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
Resolução nº 175/2017 - CONSUP/IFPA	Dispõe sobre a regulamentação do Centro de Idiomas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
Resolução nº 188/2017 - CONSUP/IFPA	Regulamenta a Política de Gestão da Integridade, Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão (PGIRC), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
Resolução nº 327/2017 - CONSUP /IFPA	Dispõe sobre a Política de Arte, Cultura, Esporte e Lazer no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
Resolução nº 328/2017 - CONSUP /IFPA	Define a Política Institucional, e regulamenta as atividades e os procedimentos gerais do Programa de Atendimento aos Egressos (ProEgressos) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
Resolução nº 356/2017 - CONSUP/IFPA	Aprova a atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional, vigência 2014-2018, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
Resolução nº 397/2017 - CONSUP/IFPA	Aprova as diretrizes para inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará e dá outras providências.
Resolução nº 398/2017 - CONSUP /IFPA	Estabelece a Política Institucional e atualiza as diretrizes e os procedimentos para organização e realização de estágio para alunos de educação profissional, científica e tecnológica do IFPA, inclusive nas modalidades de educação especial e de educação de Jovens e Adultos.

Resolução nº 399/2017 – CONSUP/IFPA	Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal do Pará, que regulamenta as atividades da Administração Superior, da Reitoria, dos Campi e demais órgãos que compõem a Instituição.
Resolução nº 483/2017 - CONSUP /IFPA	Define a Política Institucional e o Programa Rede Observatório do Mundo do Trabalho (Pró-OMT), estabelecendo sua institucionalização e regulamentação para a criação e o funcionamento, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), e dá outras providências.
Resolução nº 507/2017 - CONSUP /IFPA	Regulamenta o Regimento interno do Comitê Científico o qual atuará nas ações de Pesquisa, Pós-graduação e de Iniciação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
Resolução nº 509/2017 - CONSUP/IFPA	Define a política que regulamenta as atividades dos Núcleos de Tecnologia Assistiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
Resolução nº 514/2017 – CONSUP/IFPA	Aprova, "ad referendum", as Tabelas de Oferta de Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, em substituição às tabelas de nº 01 a 64 do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPA, cuja revisão foi aprovada pela Resolução nº 356/2017 – CONSUP.
Resolução nº 100/2018 - CONSUP/IFPA	Aprova as tabelas de ofertas de cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPA, em substituição às tabelas de nº 01 a 64, cuja revisão foi aprovada pela Resolução nº 356/2017 – CONSUP.
Resolução nº 179/2018 - CONSUP/IFPA	Altera dispositivos da Resolução nº 148/2016-CONSUP de 08 de setembro, e dá outras providências.
Resolução nº 225/2018 - CONSUP/IFPA	Estabelece regulamento para a criação e funcionamento de empresas juniores no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
Relatórios de Autoavaliação do IFPA (CPA Institucional) 2015 a 2017	Apresenta as informações e ações desenvolvidas pela CPA ao ano de referência, bem como o resultado e análise dos dados da pesquisa de Autoavaliação e proposições de melhorias para a instituição.
NBR 9050/2015	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
NBR 9050/2004	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
NBR 31000/2009	Gestão de Riscos.
NBR ISO/IEC 31010/2012	Gestão de Riscos.

Fonte: PRODIN (2018) *apud* PDI 2019-2023.

3 RESULTADOS DO PDC ANTERIOR

O Instituto Federal do Pará, Campus Breves, desde sua criação pela Portaria nº 1366 de 08/12/2010, já apresenta um significativo desenvolvimento e avanço diante dos objetivos a que se propõe, demonstrando a importância de sua contribuição à sociedade e aos municípios de sua área de abrangência, compostos por Afuá, Anajás, Chaves, Bagre, Breves, Curralinho, Gurupá, Melgaço e Portel.

O Campus surgiu alinhado ao Plano de Desenvolvimento do Marajó, que previu cerca de 300 ações em diferentes frentes de políticas públicas para atender às necessidades e demandas das populações do território. Sua criação ocorreu em um período em que a região estava se estruturando após a ruptura no seu então principal modo de geração de renda, por muito tempo sustentado pelas atividades de extrativismo madeireiro até a intervenção do IBAMA. Desta forma, o PDC que vigorou de 2014 a 2018 tinha um relevante papel no processo de identificar e destacar as potencialidades dos Arranjos Produtivos Locais a partir da formação profissional de sujeitos que pudessem despertar na população outros modos de geração de renda para o desenvolvimento da região.

No início do período de vigência do documento, mesmo com uma infraestrutura limitada por não possuir ainda instalação predial própria, o Campus ofertava cursos técnicos subsequentes em Informática, Edificações e Eventos. Posteriormente, fundamentados por diagnósticos, consultas e escutas à comunidade sobretudo as Audiências Públicas, em 2015, ocorridas em seis municípios da área de abrangência (Anajás, Gurupá, Curralinho, Portel, Melgaço e Breves), novos cursos iniciaram suas ofertas, como Saneamento e Agropecuária; cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Operador de Computador, Montador e Reparador de Computadores, Agricultor Familiar, Criador de Peixes em Viveiros Escavados, Mestre de Obras e Organizador de Eventos. Estes cursos, já passaram a ser ofertados no espaço do Campus; e cursos de nível superior, como a Licenciatura Plena em Educação do Campo, tendo já ofertado os cursos de Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Informática, pelo Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

Após a ocupação do seu próprio prédio, foi possível expandir a oferta de cursos em diferentes modalidades de ensino e reestruturar as áreas de formação para que realmente atendessem as demandas e potencialidades dos Arranjos Produtivos Locais, representando a contínua verticalização dos cursos de educação básica à pós-graduação. Junto à chegada de novos profissionais de educação, tanto de docentes quanto de técnicos-administrativos, a diversidade de oferta de cursos migrou dos FICs para os Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio e, em seguida, aos Integrados, até alcançar a pós-graduação. Nesse período, o Campus passou de 22 servidores (6 TAEs e 22 docentes), em 2014, para 83 servidores (38 TAEs e 45 docentes), em 2018, um crescimento correspondente a 277%.

Com o novo espaço, e a oferta de mais turmas, aumentamos o número de estudantes atendidos. De 157 matrículas ativas em 2014, passamos a 717 até o final de 2018, um crescimento de 356%. Em contraste, o orçamento disponibilizado para o funcionamento do Campus e execução das atividades, muito influenciado pela finalização de parte das obras, apresentou uma queda de R\$ 3,9 milhões para R\$ 1,5 milhões.

O desenvolvimento do Campus diante das atividades de ensino, pesquisa e extensão também foi muito expressivo. Os primeiros anos de vigência do documento apresentaram baixos resultados, havendo a presença apenas de projetos de extensão em 2015 e 2016, que registraram três iniciativas em cada ano. Em 2017 e 2018, os resultados

foram melhores, reflexo da presença de mais docentes e técnicos administrativos, bem como do aumento de cursos e de discentes. Nesses anos, respectivamente, foram registrados: 7 e 6 projetos de ensino; 11 e 25 projetos de pesquisa; e 13 e 25 projetos de extensão.

Além dos dados descritos acima, a seguir, apresentamos outros resultados obtidos ou não alcançados no PDC 2014-2018:

- 1) Conclusão da maior parte da obra do Campus, o que possibilitou a utilização de melhor infraestrutura e a oferta de mais cursos. No entanto, a obra foi interrompida por questões contratuais e de orçamento, não sendo concluído um bloco pedagógico e o muro ao redor do Campus. Com isso, a previsão de haver um aumento de 8 para 16 salas de aula não foi efetivado;
- 2) Devido aos decréscimos orçamentários, a construção de quadra descoberta, ginásio poliesportivo e campo de futebol não foi efetivada, destinando a realização das atividades esportivas a outros espaços públicos, como escolas do município ou estado;
- 3) O prédio próprio do Campus foi equipado com os recursos de informática necessários para as atividades administrativas e de ensino, disponibilizando terminais de trabalho para os servidores técnico-administrativos e estruturando dois laboratórios de informática. No entanto, com a interrupção das obras, um laboratório de informática não foi equipado por ainda não haver a estrutura física do espaço;
- 4) Foi estruturado um espaço destinado à Biblioteca, com computadores e ambiente para a realização de pesquisas. A aquisição dos livros, porém, passou por uma inconsistência no processo de compra e não foram adquiridos no período do referido PDC;
- 5) Avançou-se na integração das ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação, com a submissão e aprovação de número expressivo de projetos em Editais do IFPA, em especial no PRO-EXTENSÃO, onde obteve-se destaque entre os demais Campi do Instituto, sendo um dos Campi com maior número de projetos submetidos e aprovados;
- 6) Diversificamos a oferta de cursos técnicos subsequentes e integrados ao ensino médio, alinhando às demandas identificadas junto à sociedade a partir da realização de audiência pública em seis municípios de nossa área de abrangência (Anajás, Gurupá, Curralinho, Portel, Melgaço e Breves);
- 7) Mobilizamos a comunidade interna para a participação na Pesquisa de Avaliação Institucional, envolvendo mais 50% da comunidade acadêmica, e obtivemos o índice satisfatório superior ao ademais em praticamente todos os itens do questionário;
- 8) Estabelecemos cooperação técnica com outras instituições públicas e da organização civil para viabilizar a oferta de cursos que não dependessem da infraestrutura do Campus e pudessem alcançar comunidades de outros municípios da nossa área de abrangência;
- 9) Aumentamos, no orçamento do Campus, o valor destinado aos auxílios de Assistência Estudantil, acompanhando o aumento do número de estudantes e dando condições para a permanência daqueles que se encontravam em vulnerabilidade social;
- 10) Melhoramos a disponibilização e a divulgação das informações do Campus e de seus serviços por meio da estruturação dos canais de comunicação e da

criação de uma rotina de compartilhamento de conteúdo, em alinhamento às práticas comunicativas do Instituto.

Em termos percentuais, em 2017, foram cumpridos 57% das metas previstas para aquele ano. Já, em 2018, o percentual de atingimento de metas chegou a 60%. Infelizmente, não há dados referentes ao período de 2014 a 2016, pois não ocorria o monitoramento da execução das metas do PDC nesses anos.

Diante disso, consideramos satisfatório o índice de execução do PDC 2014-2018, e esperamos que a avaliação apresentada possa ajudar na configuração do PDC 2019-2023. Contudo, em decorrência do significativo crescimento de nossa política pública, chegamos ao limite de nossa infraestrutura. Caso não haja alteração, por conseguinte, novos investimentos em infraestrutura, o atual PDC poderá ser comprometido.

4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CAMPUS

Este Planejamento Estratégico será vigente para o período de 2019 a 2023 e tem como base o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do Instituto Federal do Pará. As informações a seguir foram construídas de forma colaborativa e com a participação ativa da comunidade acadêmica, principalmente, durante as oficinas de elaboração do atual PDI, quando a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional visitou o Campus e promoveu uma programação de oficinas com a participação de discentes, docentes e técnicos-administrativos. Outras informações foram elaboradas pelas diferentes áreas administrativas do Campus e submetidas à apreciação da PRODIN e demais Unidades administrativas da Reitoria para, posteriormente, ser submetido ao CONSUP, bem como de toda a comunidade acadêmica por meio de reuniões de compartilhamento e de coleta de sugestões de melhoria, obtidas ainda em ambiente virtual a partir de formulário eletrônico.

4.1 Missão, Valores e Visão

4.1.1 Missão Institucional

Proporcionar educação profissional e tecnológica, com qualidade, através do ensino, pesquisa, extensão e inovação, valorizando os saberes e a diversidade sociocultural na formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável do Marajó.

4.1.2 Visão

Tornar-se excelência na educação profissional, técnica e tecnológica, em todos os níveis de ensino, impulsionando o desenvolvimento sustentável alinhado à sociobiodiversidade do Marajó.

4.1.3 Valores e Princípios

- Tolerância;
- Ética;
- Igualdade;
- Comprometimento;
- Transparência;
- Cidadania;
- Sustentabilidade;
- Inclusão;
- Democracia.

4.2 Direcionamento estratégico

A seguir, apresentamos os elementos apontados pela comunidade acadêmica do IPFA Campus Breves, referentes à análise feita a partir da Matriz SWOT, onde foram identificadas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Tais informações possibilitam visualizar um cenário geral dos ambientes interno e externo, com base no qual foram

definidos o direcionamento e os objetivos estratégicos, a fim de contribuir para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro do Campus e, conseqüentemente, do IFPA como um todo.

Quadro 2 - Análise SWOT do IFPA Campus Breves

SWOT	FORÇA	FRAQUEZA
A M B I E N T E I N T E R N O	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
	<ul style="list-style-type: none"> • Ensino de qualidade; • Estrutura física; • Assistência estudantil; • Comunicação; • Acolhida; • Experiência; • Professores qualificados; • Aulas práticas; • Recurso financeiro; • Ambiente confortável; • Laboratório de informática; • Ônibus; • Laboratório de pesquisa; • Segurança interna; • Laboratórios; • Salas climatizadas; • Coordenação de Assistência Estudantil; • Acessibilidade interna; • Proporciona a ampliação de conhecimento; • Qualidade no ensino; • Comprometimento; • Inclusão; • Técnicos qualificados; • Salas estruturadas; • Projetos de extensão; • Progressão no estudo; • Limpeza; • Equipe pedagógica; • Água; • Kit escolar; • Eventos e projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta refeitório; • Falta equipamento para laboratório; • Faltam salas de aula; • Faltam recursos didáticos; • Falta acesso à internet; • Faltam profissionais especializados; • Faltam aulas práticas; • Evasão escolar; • Acesso ao ônibus do Campus; • Burocracia para acessar ao auxílio estudantil; • Falta de oferta de vagas em cursos no período noturno; • Falta de oferta de vagas em cursos de nível superior; • Falta de reconhecimento da marca IFPA; • Poucos projetos de ensino, pesquisa e extensão; • Falta laboratório de recurso natural; • Falta cantina; • Falta alojamento; • Obra parada; • Faltam ofertar novos cursos; • Ônibus com problema mecânico; • Laboratório de informática móvel; • Falta biblioteca; • Falta de estrutura para aulas práticas; • Falta ginásio; • Faltam mais opções de vagas em cursos superiores; • Falta laboratório de pesquisa; • Segurança interna insuficiente; • Faltam materiais esportivos; • Falta merenda escolar; • Falta oferta de curso de enfermagem; • Faltam laboratórios de física e química; • Faltam oferta de vagas em cursos de graduação.

SWOT	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
AM BIE NT E EX TE RN O	<ul style="list-style-type: none"> • Acordos de cooperação; • Editais de fomento; • Parcerias com outras instituições; • Emprego; • Vagas em concursos públicos; • Biodiversidade; • Abundância de água; • Empresariado local; • Estágio remunerado; • Carência no sistema de saúde (demanda reprimida); • Convênios; • Carência de qualificação profissional (demanda reprimida: costura industrial e máquinas pesadas). 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos financeiros; • Falta de transporte público; • Via de acesso ao Campus não é pavimentada; • Concorrência com outras escolas tecnológicas; • Falta segurança pública; • Falta de iluminação pública; • Falta de saneamento; • Violência urbana; • Contingenciamento dos recursos financeiros; • Desemprego; • Queimadas próximo ao Campus; • Saúde pública.

Ponderando as variáveis do ambiente interno e externo, conclui-se que o contexto atual do IFPA Campus Breves indica a escolha de estratégias de Concentração e Crescimento.

Neste contexto o direcionamento estratégico prioriza:

- Concluir a construção da obra do Campus;
- Atualizar e manter os laboratórios;
- Promover eventos artísticos, esportivos e culturais;
- Ofertar cursos na modalidade EAD;
- Verticalizar a oferta de vagas;
- Ampliar a infraestrutura;
- Ampliar a oferta de vagas em cursos no ensino médio integrado e superior.

4.3 Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico foi organizado segundo diferentes perspectivas, utilizando como parâmetro as perspectivas do *Balanced Scorecard* (BSC).

Figura 1 - Mapa Estratégico.



Fonte: Adaptação IFPA Campus Breves (2019), PDI 2019-2023.

4.4 Objetivos estratégicos

Os Objetivos Estratégicos foram elaborados a partir da análise dos resultados do PDC vigente e do cruzamento do resultado da Matriz SWOT.

- Realizar acordos de cooperação técnica para oferta de novos cursos;
- Valorizar os profissionais da instituição para ampliar a oferta de ensino de qualidade;
- Incentivar a participação da comunidade acadêmica em editais de fomento para evitar evasão;
- Promover aulas práticas para que os cursos se tornem mais atrativos, combatendo a evasão;
- Criar e ampliar a oferta de cursos que busquem atender a carência profissional regional;
- Aumentar a oferta de transporte, garantindo a continuidade do serviço, reduzindo a evasão escolar;
- Captar recursos, através do estabelecimento de parcerias e convênios, para a ampliação da infraestrutura para melhorar as práticas de ensino e pesquisa;
- Oferecer melhores condições de infraestrutura, alojamento e refeitório para fortalecer a permanência dos discentes de outros municípios nos cursos;
- Ampliar a infraestrutura interna;
- Expandir a oferta de curso de graduação;
- Firmar parcerias com instituições públicas e privadas;
- Ampliar o atendimento psicossocial e pedagógico;
- Expandir as cooperações com instituições parceiras;
- Ampliar a atuação do IFPA no Marajó.

4.5 Monitoramento

Neste item, constam informações do Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP) e do Painel do ForPDI.

4.5.1 Indicadores e metas

Os indicadores são métricas que geram informações, permitindo acompanhar o alcance dos objetivos estratégicos, identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas e necessidade de mudança. As metas serão quantitativas ou qualitativas.

4.5.2 Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP)

O SIGPP é um sistema que auxilia a gestão no monitoramento das ações executadas anualmente no Campus e no monitoramento das iniciativas estratégicas executadas anualmente no IFPA.

Para assegurar o alcance dos objetivos do PDI 2019-2023, foram definidos indicadores e metas que serão monitorados constantemente no SIGPP e por meio de RAE, onde será avaliada a execução do Planejamento Estratégico, pautadas nos indicadores de

esforço e resultados e das iniciativas estratégicas, sendo possível então alterar indicadores e aprovar ou encerrar projetos, por exemplo.

Essa ferramenta de gestão permitirá que os desdobramentos dos objetivos do PDI sejam perpassados aos planos gerenciais ou táticos, PDCs, e aos planos operacionais, PEA e PAM. Neste sentido, viabilizará a implementação dos planos de ações dentro do alinhamento das perspectivas do Mapa Estratégico com indicadores e metas já definidos no quinquênio, proporcionando, dessa maneira, formas de repensar a melhoria contínua dos processos do IFPA.

A RAE será um instrumento de gestão para facilitar a percepção do rumo que o IFPA estará seguindo e auxiliar na tomada de decisão sobre quais intervenções devem ser feitas, para que toda a instituição caminhe sempre com a melhor estratégia. A ideia inicial foi que as reuniões quadrimestrais ocorressem com uma agenda incorporada ao CODIR, garantindo a representatividade de todos os gestores das unidades da instituição. No entanto, neste processo de revisão do PDI, e em atendimento ao que dispõe a IN nº 24/2020/ME, estas reuniões deverão ocorrer trimestralmente, a partir dos próximos anos, pelo Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade (CGRCI) do IFPA, que deverá analisar os relatórios de monitoramento e validá-los.

O sistema de monitoramento e avaliação apresentará informações por meio de gráficos, relatórios de atividades e de gestão que refletirão os resultados quantitativos e qualitativos, evidenciando as execuções das ações de formas parciais e finais, trazendo portanto, dados sobre a eficiência do desempenho em conjunto com a eficácia do resultado do que foi planejado, auxiliando assim o desenvolvimento da estratégia e a tomada de decisão referente à solução dos problemas identificados, direcionando as ações, efetivamente, para o alcance da visão de futuro.

4.6 Plano de Ação

O plano de ação, apresentado no Quadro 3, é a consolidação em forma de planilha de todos os objetivos estratégicos, indicadores, metas, prazos, responsáveis e previsão orçamentária durante a vigência do PDC 2019-2023.

Quadro 3 - Apresentação dos objetivos estratégicos, indicadores e metas, do Campus Breves, para o período de vigência do PDI 2019-2023.

Objetivo Estratégico	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Metas					Unidade Responsável	Unidade Parceira
				2019	2020	2021	2022	2023		
AC1 - Desenvolver a gestão de pessoas com foco em resultados	AC1.1 – Percentual de servidores assistidos em Saúde e Qualidade de Vida	$\text{N}^\circ \text{ de servidores atendidos pelo Programa de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida do Servidor} / \text{N}^\circ \text{ total de servidores} * 100$	Percentual	32%	33%	35%	40%	45%	CGP	PROGEP
	AC1.4 - Índice de Titulação Docente	$(\text{N}^\circ \text{ de Doutores} * 5 + \text{N}^\circ \text{ de Mestres} * 4 + \text{N}^\circ \text{ de Especialistas} * 3 + \text{N}^\circ \text{ de Aperfeiçoados} * 2 + \text{N}^\circ \text{ de Graduados} * 1) / \text{N}^\circ \text{ Total de docentes}$	Índice	4,0	4,1	4,2	4,4	4,5	CGP	PROPPG campi
	AC1.5 - Índice de Titulação dos Servidores Técnico-Administrativos	$(\text{N}^\circ \text{ de Doutores} * 5 + \text{N}^\circ \text{ de Mestres} * 4 + \text{N}^\circ \text{ de Especialistas} * 3 + \text{N}^\circ \text{ de Aperfeiçoados} * 2 + \text{N}^\circ \text{ de Graduados} * 1 + \text{N}^\circ \text{ de Não Graduados} * 0,5) / \text{N}^\circ \text{ Total de Técnico-administrativos}$	Índice	3,0	3,1	3,3	3,4	3,5	CGP	PROPPG Campi
	AC1.6 – Percentual de satisfação dos servidores	$\text{N}^\circ \text{ de servidores satisfeitos} / \text{N}^\circ \text{ total de servidores} * 100$	Percentual	50%	55%	60%	65%	70%	CGP	DSQV
AC2 -Implementar a Governança Institucional	AC2.1 – Percentual de processos de negócio modelados	$(\text{N}^\circ \text{ de processos de negócio modelados} / \text{N}^\circ \text{ total de processos de negócio identificados}) * 100$	Percentual	10%	20%	20%	30%	50%	Setor de Planej.	Unidades da Reitoria Campi
	AC2.2 – Percentual de projetos de gestão gerenciados	$\text{N}^\circ \text{ de metas alcançadas} / \text{N}^\circ \text{ total de metas previstas no PDI para cada exercício} * 100$	Percentual	-	-	20%	40%	50%	Setor de Planej.	Unidades da Reitoria Campi
	AC2.3 – Percentual de eficácia na execução do PDC	$\text{Valor executado alinhado aos objetivos estratégicos} / \text{Valor total da execução orçamentária} * 100$	Percentual	70%	75%	80%	85%	90%	Setor de Planej.	Unidades da Reitoria Campi

	AC2.4 – Média do Percentual de Cumprimento da Mitigação dos Riscos	Soma do Percentual de Cumprimento da Mitigação dos Riscos identificados pelas unidades/ Nº total de riscos identificados * 100	Percentual	100%	100%	50%	60%	70%	Setor de Planej.	Unidades da Reitoria Campi
	AC2.5 – Percentual de Execução Orçamentária alinhada aos Objetivos Estratégicos	(Valor executado alinhado aos objetivos estratégicos / Valor total da execução orçamentária) * 100	Percentual	60%	70%	80%	80%	90%	Setor de Planej.	Unidades da Reitoria Campi
IT2 – Disponibilizar recursos de tecnologia da informação e comunicação de dados	IT2.2 – Percentual de Analistas e Técnicos de TI alinhados ao PETI	Nº de participantes no encontro dos Analistas e Técnicos de TI / Nº total de Analistas e Técnicos de TI em exercício na função * 100	Percentual	80%	80%	80%	80%	80%	Setor de T.I	DTI
	IT2.5 – Número de Projetos Avançados de infraestrutura de comunicação de dados	Não tem fórmula.	Unidade	1	1	1	1	1	Setor de T.I	DTI
	IT2.6 - Número de Projetos Avançados de Governança de TI alinhados à Governança Institucional	Não tem fórmula.	Unidade	1	1	1	1	1	Setor de T.I	DTI
PI1 - Institucionalizar e expandir a EaD	PI1.1 – Polo(s) de apoio presencial criado(s)	Não tem fórmula.	Binário (Sim/Não)	sim	sim	sim	sim	sim	Depart. Ensino	Campi
	PI1.2 – Numero de cursos na modalidade a distância ofertados	Não tem fórmula.	Unidade Cumulativo	2	3	4	5	7	Depart. Ensino	Campi
	PI1.3 - Percentual de vagas ofertadas para cursos na modalidade a distância	Nº de Vagas autorizadas para cursos na modalidade a distância / Nº Total de Vagas ofertadas * 100	Percentual	3%	5%	6%	8%	10%	Depart. Ensino	Todos os Campi
PI2 - Aumentar a qualidade da formação acadêmica	PI2.1 - Número de parcerias firmadas, visando ao fomento de vagas de estágio, cooperação técnica, intercâmbio de servidores, discentes e egressos	Não tem fórmula.	Unidade (Cumulativo)	1	2	3	3	4	Depart. Ensino	Campi

	PI2.2 – Número de vagas de Estágio fomentadas por meio de parcerias firmadas	Não tem fórmula.	Unidade	60	80	100	120	140	Setor de Estágio	Unidades da Reitoria Campi
PI3 - Fortalecer a indissociabilidade e ensino, pesquisa e extensão.	PI3.2 - Número de projetos executados nos Núcleos de Extensão (NAC, NEL, NTA, NEABI, entre outros)	Não tem fórmula.	Unidade	5	15	25	35	45	Coord. Extensão	PROEN PROPPG Campus
	PI3.3 - Número de projetos executados por meio da Curricularização da Extensão	Não tem fórmula.	Unidade	2	6	10	14	18	Coord. Extensão	PROEN PROPPG Campi
	PI3.5 – Número de Cursos FIC ofertados pelo Centro de Idiomas	Não tem fórmula.	Unidade	2	4	4	6	6	Depart. Ensino	Campi
PI4 - Fortalecer o processo de ensino e aprendizagem	PI4.1 - Percentual de cursos de graduação participantes do Programa de Monitoria	Nº de Cursos de Graduação Participantes do Programa de Monitoria / Nº Total de Cursos de Graduação * 100	Percentual (Cumulativo)	50%	60%	70%	80%	80%	Depart. Ensino	DES Campi com oferta de cursos de graduação
	PI4.2 - Percentual de cursos de Educação Básica e Profissional e de Ensino de Graduação com política de nivelamento implementada	Nº de cursos de Educação Básica e Profissional e de ensino de graduação com política de nivelamento implementada / Nº Total de cursos de Educação Básica e Profissional e de ensino de graduação * 100	Percentual (Cumulativo)	0%	30%	30%	40%	60%	Depart. Ensino	DEBP DES DIV DPE Todos os Campi
	PI4.3 - Percentual de cursos de Educação Básica e Profissional e Ensino de Graduação com projetos de ensino desenvolvidos	Nº de cursos de Educação Básica e Profissional e ensino de graduação com projetos de ensino desenvolvidos / Nº Total de Cursos de Educação Básica e Profissional e ensino de graduação * 100	Percentual (Cumulativo)	10%	20%	20%	20%	20%	Depart. Ensino	DEBP DES Todos os Campi
	PI4.4 - Percentual de estudantes com necessidades educacionais específicas acompanhados pelo NAPNE	Nº de estudantes com necessidades educacionais específicas acompanhados pelo NAPNE / Nº Total de estudantes com			60%	80%	80%	90%	100%	Depart. Ensino

		necessidades educacionais específicas * 100	Percentual (Cumulativo)								
	PI4.5 - Percentual de cursos de graduação com mínimo de 10% de sua carga horária obrigatória constituído por programas e projetos de extensão	Nº de Cursos de Graduação com mínimo de 10% de sua carga horária obrigatória constituído por programas e projetos de extensão / Nº Total de Cursos de Graduação * 100	Percentual (Cumulativo)	0%	40%	100%	100%	100%	Depart. Ensino	DES PROEX PROPPG Campi com oferta de ensino superior	
	PI4.6 - Percentual de cursos de licenciatura participantes de Programa de Iniciação à Docência	Nº de Cursos de Licenciatura Participantes do Programa de Iniciação à Docência / Nº Total de Cursos de Licenciatura * 100	Percentual (Cumulativo)	30%	35%	35%	40%	40%	Depart. Ensino	DES Campi com oferta de cursos de licenciatura	
PI5 - Fomentar políticas e programas institucionais e governamentais	PI5.2 - Número de projetos executados por meio do Programa de Apoio às Atividades de Extensão do IFPA (PRO- EXTENSÃO)	Não tem fórmula.	Unidade	2	5	5	6	6	Coord. Extensão	Campi	
	PI5.4 - Número de Unidades Empreendedoras implantadas	Não tem fórmula.	Unidade (Cumulativo)	0	1	1	2	2	Coord. Extensão	Campi	
	PI5.5 - Percentual de egressos atendidos pelo Planos de Providências de Atendimento aos Egressos (PPAE)	Nº de egressos dos últimos 3 anos atendidos pelo PPAE / Nº de egressos dos últimos 3 anos *100	Percentual	3%	4%	5%	6%	7%	Coord. Extensão	CGIPEs Setores Extensão Campi	
	PI5.6 - Número de Boletins produzidos pela Rede OMT	Não tem fórmula.	Unidade	2	2	2	2	2	PROEX	PRODIN PROPPG CGIPEs Setores Extensão Campi	
	PI5.7 - Percentual de egressos inseridos no mercado de trabalho	Nº de egressos inseridos no mercado de trabalho dos últimos 3 anos / Nº Total egressos formados	Percentual	-	-	5%	10%	15%	PROEX	CGIPE's OMT's Setores de	

		dos últimos 3 anos * 100								Extensão Campi
PI7 – Melhorar os indicadores de qualidade educacional e avaliação	PI7.3 - Média das notas dos cursos no Conceito de Curso (CC)	Soma das Notas das Avaliações <i>in loco</i> / Nº de Cursos Avaliados	Unidade	4	4	4,1	4,2	4,3	Depart. Ensino	PROEN
PI8 - Promover pesquisa científica e tecnológica	PI8.3 - Número de Eventos Institucionais de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação (ICTI)	Não tem fórmula.	Unidade	1	1	1	1	1	PROPPG	Campi
	PI8.4 - Número de Projetos de Pesquisa executados em parceria com o setor produtivo	Não tem fórmula.	Unidade	1	1	2	2	3	Coord. Pesquisa	Campi
PI10 – Melhorar a gestão documental	PI10.1 – Implementação da Política de Arquivo Institucional	Não tem fórmula.	Binário	Não	Não	Não	Não	Sim	Gabinete da DG	Dept. Adm Comissão Arquivistas DTI
	PI10.3 – Número de documentos organizados de acordo com o CONARQ	Não tem fórmula.	Unidade (Cumulativo)	4.000	5.000	6.500	8.000	9.500	Gabinete da DG	Dept. Adm Comissão Arquivistas DTI
RS1 – Fortalecer as políticas de acesso, permanência, êxito e inclusão social	RS1.1 - Percentual de estudantes atendidos pela Política de Assistência Estudantil	Nº de alunos atendidos pela Política de Assistência Estudantil / Nº de total de alunos matriculados que atendam os critérios da Política * 100	Percentual	80%	80%	90%	90%	90%	Depart. Ensino	Todos os Campi
	RS1.2 - NAPNE estruturado, conforme regulamentação	Não tem fórmula.	Binário	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Coord. Extensão	DAAI Todos os Campi
	RS1.3 - Política de Ações Afirmativas Específicas implementada	Não tem fórmula.	Binário	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Depart. Ensino	DAAI Todos os Campi

	RS1.4 - Percentual de vagas ofertadas para cursos técnicos de nível médio na forma integrada	Nº de vagas ofertadas para cursos técnicos de nível médio na forma integrada / Nº total de vagas ofertadas * 100	Percentual	30%	30%	30%	30%	30%	Depart. Ensino	DEBP Todos os Campi
	RS1.5 - Percentual de vagas ofertadas para o EJA-EPT	Nº de vagas ofertadas para o EJA-EPT / Nº total de vagas ofertadas no ano anterior * 100	Percentual	7%	9%	10%	10%	10%	Depart. Ensino	DEBP Todos os Campi
	RS1.6 - Percentual de vagas ofertadas para Licenciaturas e Programas de Formação Docente	Nº de vagas ofertadas para Licenciatura e Programas de Formação Docente / Nº total de vagas ofertadas * 100	Percentual	20%	20%	20%	20%	20%	Depart. Ensino	DES PROPPG Todos os Campi
	RS1.7 - Índice de Eficiência Acadêmica	Taxa de Conclusão + (Taxa de Conclusão / (Taxa de Conclusão + Taxa de Evasão)) * Taxa de Retenção	Percentual	48%	49%	50%	51%	52%	Depart. Ensino	DPE PROEX PROPPG PRODIN Campi
RS2 – Estimular a inovação, sua proteção e transferência para a sociedade	RS2.1 - Número de tecnologias produzidas pelo IFPA protegidas	Não tem fórmula.	Unidade (Cumulativo)	1	1	2	2	3	Coord. Pesquisa	-
	RS2.2 - Número de ações de difusão da inovação realizadas em parceria com outras instituições públicas e privadas	Não tem fórmula.	Unidade	0	1	1	2	2	Coord. Pesquisa/ Agente Inovação	PROEX Campi
	RS2.3 - Número de licenciamentos e transferências de tecnologias para o setor privado, educacional ou comunidades locais realizados	Não tem fórmula.	Unidade (Cumulativo)	0	1	1	2	2	PROPPG	PROEX
RS3 – Aprimorar a comunicação com a sociedade	RS3.2 - Número de veiculação de matérias jornalísticas sobre Ensino, Pesquisa e/ou Extensão na imprensa	Não tem fórmula.	Unidade	26	26	52	78	104	ASCOM Reitoria	ASCOM Campi

RS4 - Ampliar a sustentabilidade ambiental	RS4.3 - Percentual de eficácia na execução do PAA	Número de ações alcançadas/ Número total de ações previstas no PAA para cada exercício * 100	Percentual	-	-	60%	70%	75%	Comissão de Meio Ambiente	DPDI
	RS4.4 - Percentual de eficácia na execução do PLS	Número de metas alcançadas/ Número total de metas previstas no PLS para cada exercício * 100	Percentual	-	-	60%	70%	75%	Comissão de Meio Ambiente	DPDI

Fonte: PDI 2019-2023, com adaptações.

4.7 Cadeia de Valor do IFPA

A cadeia de valor é um instrumento básico da gestão por processos, uma representação lógica do conjunto de processos que remetem às suas respectivas atividades, facilitando a percepção quanto a necessidade de esforços para resultados institucionais à sociedade.

A decomposição da cadeia de valor na arquitetura de processos permite a identificação das atividades, com suas forças e fraquezas, fontes de custo, indicadores e o potencial de diferenciação dos macroprocessos de negócio.

A oportunidade de melhoria dos processos passa a ser identificada, uma vez que a Cadeia de Valor permite também constatar sobreposições, lacunas e deficiências nas atividades da instituição.

A partir da Cadeia de Valor, da sua relação com os objetivos estratégicos traçados no PDI, que facilita a percepção quanto à necessidade de atenção, o que potencializa resultados à sociedade, é garantido o ciclo que corresponde ao diagnóstico, ao monitoramento e a avaliação da estratégia organizacional. A Cadeia de Valor tem a finalidade de:

- apresentar, de forma clara, a relação entre as estratégias de gestão e os resultados;
- facilitar a visualização das potencialidades institucionais ao público interno e externo;
- revelar as relações existentes entre o fazer da instituição e os valores entregues aos alunos e a sociedade;
- apresentar de forma simplificada os macroprocessos realizados na instituição;

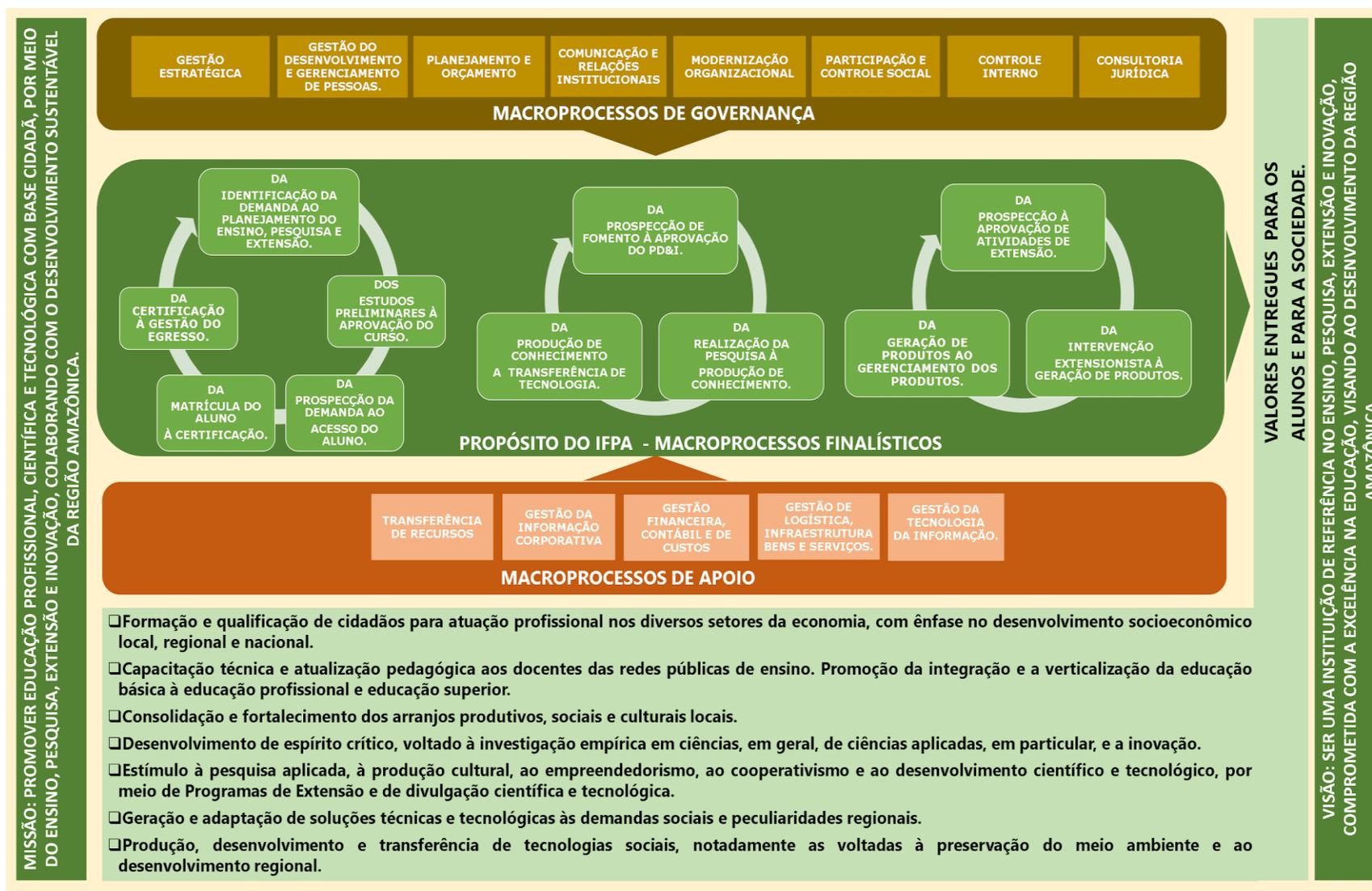
O destaque vai para a representação dos macroprocessos finalísticos apresentados de forma encadeada, sequencial (ponta a ponta), a exemplo do estudo de demanda à certificação profissional e a gestão do egresso. O movimento restante desse encadeamento valoriza a necessidade de fortalecimento dos fluxos nas diversas áreas de negócio das unidades que compõem o IFPA.

- da identificação da demanda ao planejamento do Ensino, Pesquisa e Extensão;
- dos estudos preliminares à aprovação do curso;
- da prospecção da demanda ao acesso do aluno;
- da matrícula do aluno à certificação;
- da certificação à gestão do egresso;
- da Prospecção de fomento à aprovação do PD&I;
- da realização da pesquisa à produção de conhecimento;
- da produção de conhecimento à transferência de tecnologia;
- da Prospecção à aprovação de atividades de extensão;

- da intervenção Extensionista à geração de produtos;
- da geração de produtos ao gerenciamento dos produtos.

Macroprocessos de Governança e de Apoio apresentam destaques para a comunicação institucional, a participação e controle social, a gestão do desenvolvimento e gerenciamento de pessoas, além dos que, a partir de atuação sistêmica viabilizam as condições necessárias ao desenvolvimento dos macroprocessos finalísticos e a entrega de valores aos alunos e a sociedade.

Figura 2- Cadeia de valor



Fonte: EGPGP (2020).

Quadro 4 - Macroprocessos Finalísticos.

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
MACROPROCESSOS	PROCESSOS
Da identificação da demanda ao planejamento do Ensino, Pesquisa e extensão.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Analisar Arranjos Produtivos Locais, Sociais e Culturais; ▪ Analisar Demandas Sociais; ▪ Formular Políticas de Ensino; ▪ Estabelecer Diretrizes para Ensino, Pesquisa e Extensão; ▪ Definir a Oferta de Cursos e Vagas; ▪ Avaliar atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.
Dos estudos preliminares à aprovação do curso.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver Projetos de Cursos; ▪ Aprovar Projetos de Cursos; ▪ Autorizar a Oferta de Curso; ▪ Viabilizar o Reconhecimento dos Cursos.
Da prospecção do aluno ao acesso do aluno	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar Públicos Estratégicos dos Cursos; ▪ Comunicar a oferta dos Cursos; ▪ Realizar Processo Seletivo.
Da Matrícula do aluno à conclusão e certificação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar Matrícula dos Alunos; ▪ Acolher Alunos Matriculados; ▪ Projetar e Entregar Serviços de Assistência ao Aluno; ▪ Realizar formação com base no PPC dos Cursos; ▪ Projetar e entregar serviços de Administração Escolar; ▪ Certificar os Alunos.
Da prospecção à aprovação de atividades de extensão	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhar os Egressos; ▪ Articular relacionamento com o Mundo do Trabalho; ▪ Formular Políticas de Extensão; ▪ Articular Relações Externas e de Internacionalização; ▪ Desenhar Intervenções Extensionistas; ▪ Viabilizar Intervenções Extensionistas; ▪ Aprovar Intervenções Extensionistas.
Da intervenção extensionista à geração de produtos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Executar Intervenções Extensionistas; ▪ Fomentar Práticas Desportivas, Arte e Cultura; ▪ Fomento ao Empreendedorismo; ▪ Avaliar impactos das Intervenções Extensionistas; ▪ Gerir Produtos das Intervenções Extensionistas;
Da Prospecção de fomento à aprovação de PD&I	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formular Políticas de Pesquisa e Inovação; ▪ Viabilizar fomento para projetos de pesquisa e inovação; ▪ Viabilizar fomento para Iniciação Científica; ▪ Elaborar projetos de pesquisa e inovação; ▪ Aprovar projetos de pesquisa e inovação.
Da realização da pesquisa à produção de conhecimento e transferência de tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Executar projetos de pesquisa e inovação; ▪ Fomentar o registro de propriedade intelectual; ▪ Difundir conhecimento científico; ▪ Transferir conhecimento e tecnologia.

Fonte: EGPGP (2020).

Quadro 5 - Macroprocessos de Gestão.

MACROPROCESSOS DE GESTÃO (GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA)	
MACROPROCESSOS	PROCESSOS
Gestão Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão do Planejamento Estratégico Institucional; ▪ Gestão do portfólio de produtos e serviços; ▪ Gestão do Portfólio de Projetos Estratégicos; ▪ Gestão de Processos; ▪ Gestão de Riscos; ▪ Gestão do Desenho Organizacional; ▪ Gestão da Imagem Institucional; ▪ Monitoramento e avaliação da estratégia e prestação de contas.
Gestão da Governança	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão de Riscos; ▪ Gestão de Auditorias Internas; ▪ Prestação de Contas; ▪ Gestão de Atividades Correcionais e Éticas; ▪ Gestão das Relações Institucionais; ▪ Gestão dos Órgãos Colegiados, Comitês, Comissões e Grupos de Trabalho; ▪ Gestão dos processos de escolha dos gestores.
Comunicação e Relações Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão da Comunicação Institucional; ▪ Gestão da Comunicação Interna; ▪ Gestão de Redes e Relações Institucionais; ▪ Gestão de Relações Parlamentares; ▪ Gestão de Relações e Acordos Internacionais.
Planejamento e orçamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão do Plano Plurianual; ▪ Gestão do Orçamento.
Modernização Organizacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modelagem de Estruturas, Hierarquias e Funções; ▪ Gestão de Estruturas de Governança; ▪ Gestão do Desempenho e Contratualização de Resultados.
Gestão do Desenvolvimento e Gerenciamento de Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planejamento da necessidade de pessoal; ▪ Gerenciar recrutamento e seleção de pessoas; ▪ Gerenciar o desempenho de pessoas; ▪ Gestão de movimentação funcional (exoneração e aposentadoria); ▪ Gestão de direitos e benefícios; ▪ Gestão de folha de pagamentos; ▪ Gestão da saúde, qualidade de vida e segurança ocupacional; ▪ Desenvolvimento de Pessoas; ▪ Gestão do clima organizacional; ▪ Gestão de sistemas de informação de pessoal.
Participação e controle social	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão do atendimento aos usuários de serviços públicos; ▪ Gestão da transparência ativa e acesso à informação e gestão de dados abertos.
Controle Interno	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão de auditorias e fiscalizações; ▪ Corregedoria administrativa; ▪ Gestão da integridade e da ética pública.
Consultoria Jurídica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise jurídica de normas, atos e contratos administrativos; ▪ Solução de litígios administrativos.

Fonte: EGPGP (2020).

Quadro 6 - Macroprocessos de Suporte.

MACROPROCESSOS DE SUPORTE	
MACROPROCESSOS	PROCESSOS
Gestão Orçamentária e Financeira	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão do orçamento; ▪ Gestão de recursos financeiros; ▪ Gestão contábil;

Gestão Financeira Contábil e de Custos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programação financeira; ▪ Gestão financeira; ▪ Gestão contábil e gestão de custos
Transferência de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planejamento das Transferências; ▪ Operacionalização das Transferências; ▪ Gestão das transferências e prestação de contas.
Gestão da Tecnologia da Informação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão de demandas de TI; ▪ Desenvolvimento de soluções de TI; ▪ Implantação de soluções de TI; ▪ Manutenção e suporte de TI; ▪ Gestão da governança de TI.
Gestão de Logística, Infraestrutura, Bens e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aquisição de bens e contratações de serviços; ▪ Gestão patrimonial; ▪ Gestão de bens de consumo; ▪ Gestão de contratos; ▪ Gestão de Obras e Engenharia; ▪ Manutenção, limpeza e Segurança Predial; ▪ Gestão de serviços operacionais.

Fonte: EGP GP (2020).

5 PERFIL INSTITUCIONAL

Neste capítulo, serão apresentados o histórico do IFPA Campus Breves, sua finalidade e áreas de atuação acadêmica.

5.1 Histórico do Campus

O município de Breves se encontra localizado ao norte do Estado do Pará, na mesorregião de Marajó, porção sudoeste da Ilha de Marajó, na microrregião dos furos de Breves, conhecida como “Estreito de Breves”. O município é formado por um imenso número de ilhas separadas por inúmeros igarapés, furos, canais e estreitos por onde passam as águas do rio Amazonas, e que ao contornarem o sul da Ilha de Marajó acabam se unindo às águas do rio Tocantins. Essa região do delta do Amazonas, nas proximidades do município de Breves, possui uma navegação extremamente difícil, pela enorme quantidade de ilhas e canais, o que a faz receber o título entre os navegantes e moradores locais de “mil canais” ou “mil furos”.

A cidade de Breves localiza-se a uma Latitude 01°40'56" Sul e a uma Longitude 50°28'49" Oeste, estando a uma altitude aproximada de 40 metros acima do nível do mar. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Breves, em 2009, era de 101.094 habitantes, distribuídos nas Zonas Urbana e Rural, portanto a maior e principal cidade da ilha de Marajó. Por isso, a cidade de Breves é reconhecida pelo título “Capital das Ilhas”.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é igual a 0,53, que corresponde a um médio desenvolvimento humano, medido por indicadores relacionados à saúde, à longevidade e à renda da população. Portanto, é um território que apresenta um dos piores índices de desenvolvimento humano do país, daí a importância estratégica da política pública ofertada pelo Instituto Federal do Pará a fim de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico do Marajó, como destaca a lei de criação dos Institutos Federais.

O Campus Breves, criado através da Portaria nº 1366 de 08/12/2010, é de vital importância para essa região e para essa população. Recentemente, a região perdeu sua principal fonte de renda que era a exploração da madeira, com a ação do IBAMA. Com um

potencial inestimável para o ecoturismo, a ilha do Marajó precisa de investimentos em infraestrutura e capacitação de pessoal. O Presidente Lula em visita realizada em 06/12/2007 prometeu à população o linhão da Eletronorte para levar energia elétrica e a construção de um campus do IFPA no município, o que demandará progresso atraindo indústrias e outros benefícios, ambos já são realidades no município. Neste sentido a criação do Campus de Breves tem o propósito junto com as ações articuladas pelos governos federal e estadual em suprir as necessidades do povo Brevense e marajoara, levando o desenvolvimento para essa tão importante região do Pará.

O Plano de desenvolvimento do Marajó previa quase 300 ações para as áreas da saúde, educação, segurança, ordenamento territorial, produção sustentável, inclusão social e infraestrutura. A implantação do linhão Tucuruí-Portel-Breves (que levará energia de qualidade para o arquipélago) e a regularização fundiária são exemplos de ações nesse sentido dentro do território marajoara. A abrangência do plano atinge os 16 municípios daquele que é o maior arquipélago fluvial do mundo, com 104.140 km². As ações do plano levarão para os 435.182 habitantes (IBGE/2007), aproximadamente 6,15% da população paraense, oportunidades de desenvolvimento, levando em consideração o crescimento econômico e a preservação ambiental do território.

Fundamentado em um projeto de desenvolvimento territorial, o IFPA Campus Breves integra os municípios na área de abrangência (Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço e Portel), portanto, tem a missão de ofertar sua política pública além do município de Breves.

Atualmente no Campus, há um processo contínuo de verticalização na oferta de cursos técnicos subsequentes em Informática, Edificações, Saneamento e Agropecuária. Ofertamos os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Operador de Computador, Montador e Reparador de Computadores, Agricultor Familiar, Criador de Peixes em Viveiros Escavados e Mestre de Obras. Avançamos na oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: além do Curso de Informática, contamos a partir de 2019 com a inserção do Técnico em Agropecuária. Estamos atuando na modalidade de nível superior com a oferta do curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo. Aprovamos o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Tecnólogo em Agroecologia e em Gestão Ambiental. Entre as pós-graduações, ofertamos a Especialização em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e em Agroextrativismo Sustentável e Desenvolvimento Rural; e aprovamos o PPC da Especialização em Educação Ambiental.

Apesar de várias adversidades, a inserção social do IFPA Campus Breves no Marajó é inquestionável, representando a eficácia da política pública de educação profissional e tecnológica na perspectiva da cidadania e justiça social, sintonizada com o complexo e dinâmico mundo do trabalho.

5.2 Finalidade

A Lei nº 11.892/2008, no Art. 6º, estabelece que as finalidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são:

- I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

O Estatuto do IFPA reproduz as finalidades acima referidas e acrescenta mais uma:

I - Estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Nesse sentido, tais finalidades deixam claro que o Campus Breves, alinhado ao IFPA, precisa estabelecer uma relação transformadora com a sociedade.

5.3 Área (s) de atuação acadêmica

O Campus Breves, alinhado ao IFPA, atua em níveis e modalidades distintos, com a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), cursos técnicos de nível médio, cursos superiores e de Pós-graduação.

Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)

Os Cursos FIC podem ser assim definidos:

- Formação Inicial – formação que visa à aquisição de capacidades indispensáveis para o cidadão poder iniciar o exercício de uma profissão. Deve, sempre que possível, incluir conhecimentos básicos relacionados à formação geral, em especial ética, cidadania, matemática e língua portuguesa.
- Formação Inicial com Elevação de Escolaridade – visa à formação inicial em uma área profissional específica associada à elevação de escolaridade em nível fundamental ou médio, com qualificação profissional.
- Formação Continuada ou de Atualização – formação que visa atualizar ou aprofundar habilidades profissionais em área específica do conhecimento.

Cursos Técnicos de Nível Médio

Os Cursos Técnicos de Nível Médio são organizados por eixos tecnológicos, de acordo com as cargas horárias mínimas e o perfil profissional de conclusão estabelecido no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e podem ser ofertados nas seguintes formas:

- Integrada regular, para quem já tenha concluído o Ensino Fundamental;
- Integrada na modalidade EJA, para jovens maiores de 18 anos e adultos que já tenham concluído o Ensino Fundamental;
- Concomitante, para quem estiver cursando o Ensino Médio em outras instituições de ensino.
- Subsequente, para quem já concluiu o Ensino Médio.

Ainda estão previstos nesse nível de oferta os cursos de especialização técnica que podem ser ofertados para egressos de cursos técnicos e visam qualificar para uma especificidade da área profissional ou novas tecnologias.

Cursos Superiores de Graduação

Os Cursos Superiores de Graduação do IFPA devem promover a formação profissional com o intuito de:

- Privilegiar valores humanos, éticos e morais em suas relações pessoais e profissionais;
- Aplicar as bases científicas e tecnológicas necessárias ao desempenho de suas atividades profissionais, de modo adequado e atual;
- Promover autonomia intelectual.

Os Cursos Superiores são ofertados para portadores de certificado de conclusão do ensino médio e podem ser: de Tecnologia ou Cursos de Graduação Tecnológica; cursos de Bacharelado (em especial, o IFPA tem se dedicado ao ensino de engenharias); cursos de Licenciatura, bem como os programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a Educação Básica (sobretudo nas áreas de ciências e matemática) e para a educação profissional em Educação Básica (destinados aos portadores de certificados de bacharelados), organizados para contemplar a formação do estudante em nível superior de graduação.

Cursos de Pós-graduação

A organização curricular dos Cursos de Pós-graduação observa as determinações legais previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos pareceres do Conselho Nacional de Educação e no Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada Campus. Contempla, ainda, as especificidades previstas na Regulamentação de normas para o funcionamento de cursos de Pós-graduação e as Regulamentações sobre cursos de Pós-graduação no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

6 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

6.1 Inserção regional

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, instituídos pela Lei 11.892/2008, tornam-se um marco no Brasil, um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, que de forma eficaz, atendem às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais nos diversos territórios em que estão inseridos.

O IFPA Campus Breves, criado pela Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010. Está inserido na região do Marajó, um território que congrega em sua constituição diferentes faces geográficas, territoriais e sociais, sendo responsável pela oferta de EPT no âmbito de 09 municípios marajoaras, entre eles Anajás, Afuá, Bagre, Breves, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço e Portel. Na dinâmica de rios e floresta as cidades estabelecem relações intrínsecas de comercializar, trabalhar, viver e conviver. Neste contexto, diversos agentes sociais como ribeirinhos, pescadores, agricultores, agroextrativistas constroem sentido ao estar, ser e viver na imensidão marajoara. Esses sujeitos estabelecem relações dinâmicas e complexas entre si, com a natureza circundante e seus elementos.

Um território que pelas suas especificidades é tido como uma das regiões mais pobres do país, carecendo de estratégias locais de inovação, fortalecimento institucional e desenvolvimento sustentável. Nessa diversidade territorial marajoara o IFPA Campus Breves tem o desafio de promover Educação Profissional e Tecnológica - EPT para contribuir com o desenvolvimento sustentável local.

A região passou por grandes transformações na última década, principalmente com a chegada da energia proveniente de Tucuruí, todavia, ainda enfrenta a escassez de políticas públicas de desenvolvimento. A implantação da unidade no território marajoara foi proveniente de articulações entre os governos federal, estadual, municipal e sociedade local, iniciadas na construção do PDSAM em 2007. Nas diretrizes e ações prioritárias de inclusão social e cidadania, o plano destaca como demanda prioritária “Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola, com a implantação de escolas profissionalizantes, agrotécnicas, e abertura de novos núcleos universitários no Marajó com formação orientada para as demandas locais”. (BRASIL, 2007, 78).

Nos últimos anos o campus avançou significativamente na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, desde de cursos de Capacitação, Formação Inicial e Continuada, de Nível Médio, e recentemente verticalizou-se para cursos de Graduação e pós-graduação. Tendo como foco o desenvolvimento local e principalmente do cidadão marajoara, em sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais.

6.2 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais

As ações pedagógicas do IFPA Campus Breves visam a formação integral do sujeito que participa dos cursos ofertados pela instituição. Formação que está relacionada com o contexto social, o cenário econômico e ambiental local, regional e nacional e as novas tecnologias que influem nas atividades profissionais no mundo contemporâneo. Para isto, o IFPA Campus Breves segue os seguintes princípios norteadores:

- ✓ Promover a inclusão social e a cidadania;
- ✓ Proceder com ética, transparência e competência;
- ✓ Valorizar o ser humano, o corpo discente, técnico-administrativo e o corpo docente;
- ✓ Desenvolver ações de gestão pública com qualidade e excelência;
- ✓ Respeitar a diversidade e os saberes;
- ✓ Estimular o empreendedorismo individual e coletivo;
- ✓ Preparar cidadãos para mundo do trabalho;
- ✓ Impulsionar a inovação científica e tecnológica;
- ✓ Promover o desenvolvimento sustentável local e regional;

6.3 Organização didático-pedagógica da instituição

As ações de efetivação das políticas educacionais na rede de educação profissional e tecnológicas têm como missão institucional na mesorregião do Marajó de “Construir o IFPA Campus Breves para o Marajó mais justo, cidadão e sustentável”, com o compromisso do fortalecimento institucional, afim de possibilitar e garantir as condições para o futuro do Instituto Federal no Marajó.

Assim, a política e ações institucionais do IFPA Campus Breves estão pautadas na definição de um projeto educativo, construído de forma coletiva e democrática, que envolve os sujeitos que constitui esse território. As demandas almejadas coletivamente são materializadas na forma de planejamento, organização pedagógica e administrativa e contribui para a reestrutura de toda uma instituição. Desse modo, os parâmetros dentro dos quais as ações da Instituição e de seus integrantes devem se desenvolver, no cumprimento da missão proposta para o alcance da visão. Devem ser coerentes com os limites éticos estabelecidos pelos valores compartilhados.

De acordo com a função social do IFPA Campus Breves em “ofertar educação profissional e tecnológica que seja de qualidade e referência na educação profissional e na inovação tecnológica na mesorregião do Marajó”, que coincide com objetivo de transformação da realidade na perspectiva da igualdade, justiça social e o desenvolvimento sustentável do Marajó das águas e florestas.

Nesse sentido, a estrutura e funcionamento do ensino no IFPA dar-se-á por meio da Educação básica, na educação profissional e tecnológica e na educação superior, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, abrangem os cursos e programas de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, educação básica e profissional técnica de nível médio, nas formas integradas regular, integrada na modalidade EJA e subsequentes, e de educação superior de graduação e pós-graduação lato sensu e programas de educação stricto sensu, desenvolvidos articuladamente com a pesquisa e a extensão.

Os cursos do IFPA Campus Breves deverão também atender às diretrizes e normas nacionais definidas para as modalidades específicas, tais como Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, educação de pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, Educação Especial e Educação a distância, observado as condições de infraestrutura física e tecnológica e de recursos humanos necessárias ao processo da formação geral dos estudantes.

6.4 Políticas de Ensino

No IFPA as ações de ensino dos cursos e programas previstos devem ser articuladas entre as Pró-Reitorias de Ensino, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão. A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) emitirá instruções normativas e orientações técnico-pedagógicas sempre que necessário, com base nas políticas e diretrizes institucionais.

No âmbito do IFPA Campus Breves, o ensino é gerenciado pelo Departamento de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação, responsável pelo planejamento, coordenação, formulação e ações de políticas de desenvolvimento do ensino no campus em sintonia com a PROEN e os demais setores do IFPA.

O trabalho desenvolvido pela Coordenação de Ensino atua em uma organização sistêmica, que é integração de todos os setores do campus (coordenação de cursos, equipe pedagógica e setores administrativos), assegurando o funcionamento eficiente e eficaz, cumprimento de prazos, manutenção da qualidade e equilíbrio das ações de maneira a proporcionar diferencial nos serviços da instituição.

6.5 Políticas de Extensão

No que se refere às ações de Extensão, o IFPA Campus Breves mantém as seguintes ações Acadêmicos-Administrativas, de acordo com a Política de extensão do IFPA, Resolução nº174/2017- CONSUP que estabelece os fundamentos, os princípios e as diretrizes para as atividades de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará:

- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Criar projetos de extensão para valorizar a cultura regional;
- Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- Fortalecer o observatório de pesquisa e extensão;
- Incentivar a elaboração de projetos de extensão pelo aluno através de bolsas;
- Incentivar a elaboração de projetos de extensão com financiamento para suas atividades;
- Promover e valorizar eventos de pesquisa e extensão;
- Promover a extensão em cursos de nível superior através da Curricularização da Extensão;
- Incentivar a divulgação de resultados de projetos de extensão em eventos locais, regionais e nacionais.

6.6 Políticas de Pesquisa

O desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas e a inovação são de fundamental importância para uma instituição de ensino profissionalizante. Construir e difundir conhecimentos, apoiar tecnologicamente o setor produtivo, promover a iniciação científica junto aos discentes, fazer a melhoria curricular dos cursos, obter recursos para a instituição e promover a oferta de cursos e programas de pós-graduação, num plano geral, para a sociedade, bem como, num plano específico, para servidores do IFPA Campus Breves,

são algumas das razões que justificam tal importância.

Toda a instituição deve estar mobilizada em função do pleno desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, da inovação e da pós-graduação. Embora se associe,

Naturalmente, a Pesquisa científica e tecnológica aos cursos superiores ou aos programas de Pós-graduação, ela pode ser desenvolvida em todas as modalidades de ensino do IFPA, como já vem sendo realizada: Ensino Médio, Ensino Técnico, Ensino de Graduação (Licenciatura e Tecnológico) e Ensino de Pós-Graduação (lato sensu). O foco da pesquisa e da inovação para cada uma dessas modalidades de ensino, a partir do envolvimento conjunto delas no esforço da pesquisa e da inovação, é fundamental para a efetiva expansão e integração desse eixo no cotidiano da instituição. Deve ser, pois, uma das grandes finalidades da política de pesquisa, inovação e pós-graduação de qualquer instituição de ensino. Os temas pesquisa científica e tecnológica e inovação devem sempre estar na pauta da discussão acadêmica do IFPA. Ressaltar os seus benefícios para a instituição e para a região, conscientizar a todos do seu viés estratégico e mobilizar a comunidade interna quanto à realização dos mesmos são pontos a serem permanentemente comentados para a difusão institucional da cultura da pesquisa científica e tecnológica e da inovação na Instituição.

Neste contexto, a busca pela integração e a indissociabilidade entre as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão caracterizam-se em estratégia crucial para o crescimento qualitativo da instituição. Desenvolver mecanismos que promovam essa integração fortalecerá ainda mais as bases qualitativas do IFPA Campus Breves. Para uma instituição de ensino que prima pela qualidade e busca a todo tempo incrementá-la, é fundamental dispor de um programa de incentivo e difusão da cultura da pesquisa científica e tecnológica. Neste sentido, a Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, setor responsável pelas ações para o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, pela inovação tecnológica e pela pós-graduação no IFPA Campus Breves, propõe uma Política de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação capaz de nortear as ações nesses campos.

Nessa ótica, os objetivos propostos para a efetiva implantação, consolidação e expansão da pesquisa científica e tecnológica, da inovação tecnológica e da Pós-Graduação no IFPA Campus Breves são:

- Propiciar um ambiente favorável para o desenvolvimento de pesquisas científicas e inovações tecnológicas no IFPA Campus Breves;
- Expandir o número de grupos de pesquisa do IFPA, além de incentivar a criação/consolidação de novos grupos de pesquisa cadastrados no CNPQ;
- Envolver todas as áreas acadêmicas do IFPA Campus Breves no esforço de ampliar a pesquisa científica e tecnológica, a inovação tecnológica e a pós-graduação na Instituição;
- Mobilizar a comunidade interna do IFPA Campus Breves para o permanente debate sobre pesquisa científica e tecnológica, inovação tecnológica e pós-graduação para o melhor entendimento, conscientização e mobilização em relação à importância das mesmas;
- Ter a pesquisa científica e tecnológica e a inovação tecnológica como elementos estratégicos para a melhoria qualitativa da instituição.
- Ampliar e fortalecer parcerias com instituições e agências de fomento à pesquisa e inovação para o desenvolvimento de ações conjuntas e captação de recursos.
- Incrementar as ações de pesquisa realizadas a partir dos Programas de Bolsas.
- Criar e melhorar ambientes físicos com infraestrutura para acomodar

- pesquisadores em atividade;
- Ampliar, através dos programas MINTER e DINTER, a oferta de qualificação para servidores - docentes e técnicos administrativos.
 - Incrementar ações voltadas para a valorização da propriedade intelectual;
 - Expandir o apoio à realização de eventos científicos, com vistas ao desenvolvimento e melhorias da pesquisa e pós-graduação e inovação no IFPA Campus Breves;
 - Investir na inovação tecnológica, na disseminação da cultura de propriedade intelectual e assessoramento a pesquisadores;
 - Incentivar a publicação científica da Instituição, expandindo o volume de publicações de docentes e técnicos administrativos em periódicos e livros, nos formatos impressos e eletrônicos;
 - Aprimorar e fortalecer os Programas de Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica;
 - Acompanhar e avaliar permanentemente as ações relacionadas à pesquisa, à inovação e à pós-graduação;
 - Ampliar e fortalecer as relações de cooperação e parceria com programas de Pós-Graduação stricto-sensu de outras instituições;
 - Assegurar a presença institucional do IFPA Campus Breves, nos eventos voltados à inovação tecnológica.

6.7 Políticas de Educação a Distância

A modalidade de educação a distância obteve respaldo na Lei 9.394/96 (LDB) em seu no Artigo 80, em que cabe ao Poder Público incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

O Decreto nº 5.622/2005 caracteriza a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas, em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005b, p. 1).

A Educação a Distância apresenta-se como importante alternativa para a expansão e a interiorização dos serviços educacionais oferecidos pelo IFPA, devido às características socioeconômicas e geográficas regionais que impõem uma série de desafios para o acesso de grande parcela da população paraense à educação (IFPA, 2014).

A EAD é uma modalidade educacional que surge como uma opção fecunda para democratizar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica em diferentes níveis e modalidade às populações dos municípios de Anajás, Afuá, Breves, Bagre, Chaves, Currálinho, Gurupá, Melgaço e Portel (Resolução nº 111/2015 – CONSUP/IFPA de 19 de agosto de 2015) no Marajó, contribuindo significativamente para o desenvolvimento local e a inclusão social.

A primeira experiência com EAD no Campus Breves ocorreu em 2014, com a oferta de 50 vagas para o Curso Técnico em Secretaria Escolar pela Rede e-Tec Brasil e programa PROFUNCIÓNÁRIO, para servidores públicos municipais, estaduais e federais. A experiência foi exitosa, com baixos índices de evasão e retenção, dados que reforçam a continuidade da EAD no campus e demonstram sua importância para o território marajoara. Ocorreu uma segunda oferta, desta vez para o curso Técnico em Informática, também tendo resultados

satisfatórios.

São de interesse institucional a ampliação e consolidação da EAD no Campus Breves. Para tal, a implementação como prática regular deve ser acompanhada dos requisitos de qualidade e de acessibilidade. Assim, necessita-se viabilizar a infraestrutura necessária como locais de acesso para docentes e discentes (laboratórios) – Hardware e software – Pessoal e estrutura de suporte ao sistema – Pessoal e estrutura de suporte ao usuário (aluno, tutor, professor, gestores de curso e demais atores envolvidos), bem como a formação continuada de docentes em EAD.

Neste sentido, O Campus Breves adota as seguintes linhas estratégicas para a atuação na EAD:

- Institucionalização da oferta de cursos na modalidade a distância, de acordo com as seguintes diretrizes:
- Ampliação e fortalecimento da EAD, como oportunidade para integração, difusão e ampliação das ofertas educacionais;
- Consolidação da oferta institucional própria, com diversas formas de interação de tecnologias educacionais, contemplando os modelos de educação presencial, semipresencial e a distância (com momentos presenciais obrigatórios);
- Organização do desenvolvimento da oferta educacional de modo colaborativo com o Centro de Tecnologia em Educação a Distância (CTEAD) e demais campus do IFPA;
- Provimento de infraestrutura (organizacional, física, tecnológica e de pessoal) necessária ao desenvolvimento das ações da EAD;
- Garantia de inclusão das atividades de EAD como atividades regulares dos professores.

6.8 Políticas de Ações Afirmativas e Educação Inclusiva

O IFPA Campus Breves propõe-se ofertar educação gratuita e de qualidade a todos os cidadãos sem qualquer tipo de discriminação. Assim, para que possa ofertar a educação inclusiva, pauta-se nos seguintes princípios:

- a) o respeito aos direitos humanos universais;
- b) a garantia legal de uma educação para todos (pública, gratuita e de qualidade);
- c) a defesa por igualdade nas condições de acesso, de permanência e de conclusão;
- d) a conjugação da igualdade e da diferença como dimensões indissociáveis a qualquer proposição sociopolítico-educacional;
- e) a adequação das práticas pedagógicas;
- f) o apoio pedagógico especializado;
- g) a valorização das capacidades humanas em desenvolvimento;
- h) a preservação da identidade humana;
- i) a autonomia individual;
- j) a liberdade humana de fazer as próprias escolhas;
- k) a não discriminação;
- l) a participação e a inclusão plenas e efetivas na sociedade;
- m) a defesa do interculturalismo;
- n) a interação entre escola, família e comunidade;
- o) o respeito à diferença;

- p) a igualdade de oportunidades; e
- q) a acessibilidade total.

Para implementar e constituir, efetivamente, uma política de educação inclusiva no IFPA Campus Breves é preciso sensibilizar pessoas, fortalecer compromissos, firmar parcerias, intensificar ações e vencer os desafios postos contra o alcance dos objetivos.

Nessa direção, estabelecem-se as seguintes diretrizes orientadoras das práticas inclusivas institucionais:

- a) criar estratégias que venham garantir o acesso e permanência dos alunos com necessidades específicas nos diversos projetos e programas desenvolvidos na instituição.
- b) Abertura, em todos os processos seletivos da Instituição, de espaços e de mecanismos adequados para as pessoas com deficiências ou com limitações;
- c) Permanência, ampliação e adequação do Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania (ProITEC) e do Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA);
- d) Defesa de um currículo integrado, aberto e flexível, que contemple a diversidade, o interculturalismo e o direito ao conhecimento, respeitando as necessidades formativas individuais, locais e regionais;
- e) Fortalecimento e intensificação de políticas e de projetos de fomento à educação inclusiva;
- f) Construção de espaços formativos inclusivos, com adequação dos tempos (físicos, psicológicos e/ou virtuais), das práticas pedagógicas, dos horários e das instalações (equipamentos, estrutura física, serviços de apoio, tecnologias assistivas etc.), organizados para a acessibilidade e para o acompanhamento da aprendizagem dos alunos;
- g) Promoção da igualdade de oportunidades nos encaminhamentos destinados à qualificação para o trabalho;
- h) Constituição de equipes multiprofissionais de acompanhamento da aprendizagem, dando prevalência ao atendimento educacional especializado (instrutores, intérpretes e demais profissionais especializados), a fim de atender às peculiaridades das pessoas com deficiência;
- i) Adoção, em programas de educação profissional, de políticas públicas de acesso, permanência e conclusão, no que se refere aos estudos das pessoas com necessidades educacionais especiais;
- j) Articulação das ações da educação especial previstas legalmente, no sentido de estabelecer mecanismos de cooperação com as políticas públicas de educação e de trabalho, em parceria com organizações governamentais e não governamentais (a fim de desenvolver programas de qualificação profissional para alunos especiais e promover a inserção desses discentes no mundo do trabalho);
- k) Proposta avaliativa processual e formativa que tanto considere os conhecimentos prévios, as possibilidades de aprendizagens futuras e os ritmos diferenciados quanto analise o desenvolvimento e as capacidades do aluno em relação ao seu próprio progresso individual;
- l) Articulação, no tratamento das práticas pedagógicas, entre igualdade e diferença, em reconhecimento ao multiculturalismo, valorizando a diversidade cultural e promovendo o interculturalismo; e
- m) Desenvolvimento de projetos que favoreçam o diálogo e a aproximação entre

diferentes pessoas e/ou grupos de diversas procedências sociais, étnicas, religiosas, culturais, etc.

O IFPA Campus Breves, seguindo esta orientação inclusiva, constitui um meio capaz de combater a discriminação, incentivando a criação de comunidades solidárias implicando uma sociedade mais inclusiva e justa.

6.9 Políticas de Educação Ambiental

A Educação Ambiental, seus campos de conhecimento e práticas se constituem cenários complexos, por causa da variedade de áreas interligadas nos diferentes trabalhos, e paradoxal, pois é possível identificar concepções e propostas contraditórias em meio a essa variedade de ações. Isto é reflexo da própria natureza-constituição da educação ambiental.

Apesar de se contar com quase quarenta anos de Educação Ambiental, o interesse em aprofundamento nas reflexões teóricas e metodológicas buscando a sua epistemologia é recente, pois começou a se consolidar em meados de 1990.

Em 1999, entrou em vigor a Lei nº 9.795, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Esta define o conceito de Educação Ambiental, em seu Art 1º destaca que:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Ainda segundo esta, a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, e deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, seja em caráter formal ou não formal.

O IFPA Campus Breves, comprometido com o desenvolvimento sustentável e com a formação de profissionais que valorizem a conservação do meio ambiente, propõe-se ofertar educação ambiental de forma articulada, levando em consideração as concepções de meio ambiente, de ecossistema, de cultura e do contexto socioeconômico da região marajoara. Assim, para que possa ofertar a educação ambiental, pauta-se nos seguintes princípios baseados na Lei nº 9.795:

- I - O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - A garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - A permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

6.10 Políticas de Educação no Campo

A Política de Educação no Campo está respaldada em uma proposta curricular que

se fundamenta nas bases filosóficas da prática educativa Freireana, nas bases legais do sistema educativo nacional e nos princípios norteadores da formação de professores para a educação básica, especificadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), na resolução do Conselho Nacional de Educação (CEB) nº 2, de 1º de julho de 2015, nas resoluções, pareceres e decretos que normatizam os cursos de licenciatura no sistema educacional brasileiro (BRASIL, 2002; BRASIL 2012).

É importante destacar o compromisso do IFPA – Campus Breves com as questões socioeconômicas e educacionais da realidade em que está inserido. Estamos nos referindo às estatísticas educacionais do Marajó que tem apontado a insuficiência de professores para atender a demanda das escolas do campo. Esses dados estão presente no Plano Municipal de Educação (PME) do município de Breves, instituído pela Lei nº 2.388/2015, em que se verifica que em 2015, o município possuía um total de 292 escolas, sendo que desse total, 260 se encontram na zona rural, e apenas 32 na zona urbana, para as quais não há professores suficientes e nem com formação que atenda as especificidades das comunidades rurais (PME, 2015, p.81).

A Educação do Campo em Breves insere-se, portanto, como alternativa para construção de uma educação mais democrática atendendo às normativas legais dispostas nas leis de ensino do Brasil e às necessidades e desafios presentes na região, conforme veremos ao longo deste trabalho. Por outro lado, insere-se no âmbito da produção de conhecimento e formação em diálogo com os saberes locais, principalmente no que diz respeito à articulação de ações voltadas às populações rurais e a democratização do acesso e a participação coletiva e promoção da cidadania.

Deste modo, verifica-se, a partir do Decreto nº 7.352/2010, uma agenda política que norteia ações ligadas à promoção da formação para a educação nas áreas rurais, assim como Lei nº 2.388/2015 do município de Breves em que se visualiza um diagnóstico da educação em Breves e na região do Marajó.

Portanto, por meio desta ação, reafirmamos o compromisso do IFPA campus Breves com a sociedade da região do Marajó, promovendo o diálogo e a aproximação com os saberes, os desafios e as perspectivas das comunidades locais. Nesse processo, poderá criar possibilidades de protagonizar um Projeto Político-Pedagógico comprometido com o social e com as novas posturas que norteiam a relação sociedade e educação. Nessa perspectiva, fortalece-se estratégias para superar o abismo existente entre o currículo e as aspirações formativas das populações rurais, assim como visa a superação dos históricos índices de exclusão em que se insere a população do Marajó e ainda o empoderamento de suas práticas e de suas ações políticas educacionais, vislumbradas pelas novas possibilidades mundialmente colocadas a humanidade no século XXI.

6.11 Política de Certificação Profissional

As metodologias de certificação adotadas no Campus Breves são bem flexível, com a adoção de currículos voltados para atender os arranjos produtivos locais, com isso podem garantir perspectiva de trabalho para jovens e adultos, facilitando o acesso ao mercado de trabalho, visto que a formação profissional não se esgota na conquista de um certificado ou diploma. Nesta direção, é necessário destacar que a concepção de reconhecimento de saberes é norteadora em todo o processo. As diretrizes são voltadas ao desenvolvimento no trabalhador da capacidade de articular e mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários ao desenvolvimento de atividades profissionais e sociais requeridas pela

natureza do trabalho e para o convívio em sociedade de maneira participe, comprometida e transformadora.

6.12 Responsabilidade Social do Campus

A função social do IFPA Campus Breves é ofertar educação profissional e tecnológica que seja de qualidade e referência na educação profissional e na inovação tecnológica na mesorregião do Marajó, articulando ciência, trabalho, responsabilidade social, cultura e tecnologia aos saberes e a diversidade sociocultural da região, comprometida com a formação humana e social, com exercício de cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, objetivando a transformação da realidade na perspectiva da igualdade, justiça social e o desenvolvimento sustentável do Marajó das águas e florestas.

7 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS

Neste capítulo, será apresentada a situação atual e as projeções de oferta de cursos do IFPA Campus Breves para o período de 2019-2023.

7.1 Descrição da situação atual e projeções de oferta de cursos em todos os Campi do IFPA para o período de 2019-2023

No Quadro 4, informamos o número de vagas, dimensões das turmas, turno de funcionamento e regime de matrícula de seus cursos presenciais e EaD em funcionamento no ano de 2018.

Informarmos ainda no Quadro 5, a expansão dos cursos presenciais e EaD (em funcionamento, em fase de autorização ou de futura solicitação), incluindo o cronograma de expansão na vigência do PDI, conforme detalhamento a seguir:

- Técnicos (subsequente e integrado);
- Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia);
- Sequenciais (formação específica, complementação de estudos); Programas Especiais de Formação Pedagógica;
- Pós-graduação (*lato sensu*); Pós-graduação (*stricto sensu*);

Quadro 7 – Cursos em funcionamento no ano de 2018

Nível de Ensino	Nome do Curso	Modalidade	Forma de Oferta	Turno de funcionamento	Regime de matrícula	Situação em 2018		
						Vagas p/ turma	Nº de Turmas	Total de Vagas
Campus Breves								
Fundamental	Agricultor Familiar	Presencial	FIC Concomitante	M/T	Semestral	30	4	120
Fundamental	Criador de Peixes em Viveiros Escavados	Presencial	FIC Concomitante	M/T	Semestral	35	3	105
Fundamental	Desenhista da Construção Civil	Presencial	FIC Concomitante	M/ T	Semestral	30	2	60
Fundamental	Manejo Florestal Comunitário e Familiar	Presencial	FIC Concomitante	M/T	Semestral	35	2	70
Fundamental	Mestre de Obras	Presencial	FIC Concomitante	M/ T	Semestral	30	2	60
Médio	Informática	Presencial	Integrado	M/T	Anual	40	1	40
Médio	Agropecuária	Presencial	Subsequente	M/T	Semestral	40	1	40
Médio	Aquicultura	Presencial	Subsequente	M/T	Semestral	40	1	40
Médio	Edificações	Presencial	Subsequente	M/T	Semestral	40	1	40
Médio	Informática para a Internet	Presencial	Subsequente	M/T	Semestral	40	1	40
Médio	Meio Ambiente	Presencial	Subsequente	M/T	Semestral	40	1	40
Médio	Saneamento	Presencial	Subsequente	M/T	Semestral	40	1	40
Pós-graduação	Agroextrativismo Sustentável e Desenvolvimento Rural	Presencial	Especialização	M/ T	Semestral	30	1	30
TOTAL							21	725

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

Quadro 8 – Cronograma de expansão dos cursos em funcionamento, em fase de autorização ou de futura solicitação com vigência entre 2019 e 2023.

Nível de Ensino	Nome do Curso	Modalidade	Forma de Oferta	Turno	Programação Anual da Oferta de Vagas para os Processos Seletivos															
					2019			2020			2021			2022			2023			
					Vagas p/ turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	Vagas p/ turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	Vagas p/ turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	Vagas p/ turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	Vagas p/ turma	Nº de Turmas	Total de Vagas	
Médio	Agropecuária	Presencial	Integrado	M/T	40	2	80	40	2	80	40	1	40	40	2	80	40	2	80	360
Médio	Informática	Presencial	Integrado	M/T	40	1	40	40	2	80	40	1	40	40	2	80	40	2	80	320
Médio	Meio Ambiente	Presencial	Integrado	M/T	0	0	0	40	2	80	40	1	40	40	2	80	40	2	80	280
Médio	Edificações	Presencial	Integrado (EJA-EPT)	M/T	0	0	0	50	1	50	0	0	0	50	2	100	50	2	100	250
Médio	Florestas	Presencial	Integrado (EJA-EPT)	M/T	0	0	0	40	1	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40
Médio	Administração	Presencial	Subsequente	N	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	1	40	40	1	40	80
Médio	Agropecuária	Presencial	Subsequente	M/T	40	1	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40
Médio	Aquicultura	Presencial	Subsequente	M/T	40	2	80	40	1	40	40	1	40	40	2	80	40	2	80	320
Médio	Edificações	Presencial	Subsequente	N	40	1	40	0	0	0	40	1	40	0	0	0	0	0	0	80
Médio	Meio Ambiente	Presencial	Subsequente	N	40	1	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40
Médio	Informática p/ Internet	EAD	Subsequente	-	0	0	0	0	0	0	40	1	40	40	1	40	40	1	40	120
Médio	Segurança do Trabalho	EAD	Subsequente	-	0	0	0	0	0	0	40	1	40	40	1	40	40	1	40	120
Graduação	Educação do Campo	Presencial	Licenciatura	M/T	60	1	60	60	1	60	60	1	60	60	1	60	60	1	60	300
Graduação	Agroecologia	Presencial	Tecnologia	N	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	200
Graduação	Gestão Ambiental	Presencial	Tecnologia	N	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	40	1	40	200
Graduação	Tecnologia em processos gerenciais	Presencial	Tecnologia	N	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	1	40	40
Graduação	Análise e Desenvolvimento de sistemas	Presencial	Tecnologia	N	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	1	40	40	1	40	80
Pós-Graduação	Agroextrativismo Sustentável e Desenvolvimento Rural	Presencial	Especialização	M/T	30	1	30	30	1	30	30	1	30	30	1	30	30	1	30	150

Pós-Graduação	Docência para Educação Profissional. Científica e Tecnológica	Presencial	Mestrado Profissional	N	30	1	30	30	1	30	30	1	30	30	1	30	30	1	30	150
Pós-Graduação	Educação Ambiental	Presencial	Especialização	M/T	0	0	0	30	1	30	30	1	30	30	1	30	30	1	30	120
Pós-Graduação	Tecnologia de Informação e Comunicação aplicada à Educação	Presencial	Especialização	N	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	1	30	30	1	30	60
Pós-Graduação	Pedagogia da alternância	Presencial	Especialização	M/T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	1	30	30
Pós-Graduação	Agroecologia na Amazônia	Presencial	Mestrado Profissional	M/T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	1	20	20	1	20	40

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

8 PERFIL DO CORPO DOCENTE

8.1 Composição

Descrição da titulação, regime de trabalho, experiência acadêmica no magistério superior e experiência profissional não acadêmica, conforme Tabelas 1 e 2 para esse propósito.

A Tabela 1 apresenta a evolução do corpo docente nos últimos cinco anos de vigência do PDC anterior.

Tabela 1– Evolução do corpo docente por regime de trabalho nos últimos cinco anos.

Regime de trabalho	Ano				
	2014	2015	2016	2017	2018
20h	-	-	-	-	-
40h	-	-	-	-	-
Dedicação Exclusiva (DE)	16	12	27	37	44

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

A Tabela 2 apresenta o quantitativo do corpo docente por regime de trabalho e qualificação profissional no ano de 2018.

Tabela 2 – Quantitativo do corpo docente por regime de trabalho e qualificação profissional no ano de 2018.

Regime de Trabalho	Especialização / Aperfeiçoamento	Mestrado	Doutorado
20h	-	-	-
40h	-	-	-
DE	13	22	08
Total	13	22	06

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

8.2 Plano de carreira

As capacitações dos servidores ocorrem através de diversas parcerias institucionais, onde os servidores acessam eventos de capacitação inerentes as suas áreas de formação e atuação no âmbito do campus. Dentre as parcerias institucionais, citamos a Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento (CAPACIT – UFPA) na qual a UFPA/Campus Breves disponibiliza o acesso aos nossos servidores aos eventos de capacitação, ações das Pró-Reitorias do IFPA em parceria com a Coordenação de Desenvolvimento a Avaliação/DGP/Reitoria, além de iniciativas do Campus com contratação de facilitadores para ministrar cursos no próprio campus e também o incentivo aos servidores à participação em cursos na modalidade EAD que demandam menos tempo e recurso.

Tabela 3 – Plano de evolução de capacitação para o corpo docente na vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Capacitação	Ano				
	2019	2020	2021	2022	2023
Quantidade de docentes capacitados	14	16	19	19	20

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

8.3 Critérios de seleção e contratação

Processo seletivo através de concurso público com provas objetivas, práticas e provas de título.

8.4 Procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores do quadro

Processo seletivo simplificado para contratação de professor substituto temporário, com prova de desempenho didático e prova de título.

8.5 Cronograma e plano de expansão do corpo docente

São apresentados requisitos de titulação e regime de trabalho, detalhando o perfil do quadro pretendido para o período de vigência do PDI, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 – Plano de evolução do corpo docente por regime de trabalho nos próximos cinco anos.

Regime de trabalho	Ano				
	2019	2020	2021	2022	2023
20h	-	-	-	-	-
40h	-	-	-	-	-
DE	48	55	62	65	67
Total	48	55	62	65	67

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

A Tabela 5 apresenta o plano de evolução de qualificação do corpo docente para a vigência do PDC entre 2019 e 2023.

Tabela 5 – Plano de evolução de qualificação para o corpo docente na vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Qualificação	Ano				
	2019	2020	2021	2022	2023
Graduação	0	0	0	0	0
Especialização	18	16	14	10	5
Mestrado	18	25	32	36	40
Doutorado	12	14	16	19	22
Total	48	55	62	65	67

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

9 PERFIL DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

9.1 Composição

Descrição da titulação, regime de trabalho, experiência acadêmica e profissional.

A Tabela 6 apresenta a evolução do corpo técnico-administrativo por regime de trabalho nos últimos cinco anos.

Tabela 6 – Evolução do corpo técnico administrativo nos últimos cinco anos.

Regime de trabalho	Ano				
	2014	2015	2016	2017	2018
40h	22	22	29	37	40

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

A Tabela 7 apresenta o quantitativo do corpo técnico-administrativo por nível de classificação no ano de 2018.

Tabela 7 – Quantitativo do corpo técnico administrativo por nível de classificação no ano de 2018.

Nível de Classificação	Graduação	Especialização / Aperfeiçoamento	Mestrado	Doutorado	Total
A	-	-	-	-	-
B	-	-	-	-	-
C	2	3	0	0	5
D	7	4	1	0	12
E	3	8	2	0	13
Total	12	15	3	0	30

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

A Tabela 8 apresenta o quantitativo e percentual do corpo técnico-administrativo por nível de classificação no ano de 2018.

Tabela 8 – Quantitativo e percentual do corpo técnico administrativo por nível de classificação no ano de 2018.

Nível de Classificação	Quantitativo	Percentual
Classe A	-	-
Classe B	-	-
Classe C	5	16,66%
Classe D	12	40%
Classe E	13	43,33%
Total	30	100,00%

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

9.2 Plano de carreira

As capacitações dos servidores ocorrem através de diversas parcerias institucionais, onde os servidores acessam eventos de capacitação inerentes as suas áreas de formação e atuação no âmbito do campus. Dentre as parcerias institucionais, citamos a Coordenadoria de Capacitação

e Desenvolvimento (CAPACIT – UFPA) na qual a UFPA/Campus Breves disponibiliza o acesso aos nossos servidores aos eventos de capacitação, ações das Pró-Reitorias do IFPA em parceria com a Coordenação de Desenvolvimento e Avaliação/DGP/Reitoria, além de iniciativas do Campus com contratação de facilitadores para ministrar cursos no próprio campus e também o incentivo aos servidores à participação em cursos na modalidade EAD que demandam menos tempo e recurso.

9.3 Forma de desenvolvimento

As capacitações e qualificações serão fundamentadas no Decreto nº 9.991/2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Resoluções do CONSUP/IFPA e nos planos de desenvolvimento de pessoas do IFPA. A Tabela 9 apresenta o plano previsto para evolução de capacitação do corpo técnico administrativo em educação para a vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Tabela 9 - Plano de evolução de capacitação para o corpo técnico administrativo em educação na vigência do PDI entre 2019 e 2023.

Capacitação	Ano				
	2019	2020	2021	2022	2023
Quantidade de TAE capacitados	6	6	6	7	7

Fonte: IFPA, 2020 (PDI 2019-2023).

9.4 Critérios de seleção e contratação

Processo seletivo através de concurso público com provas objetivas e exigência de experiência no cargo/área pretendido.

9.5 Cronograma e plano de expansão do corpo técnico-administrativo

São apresentados requisitos de titulação e regime de trabalho, detalhando o perfil do quadro existente e do pretendido para o período de vigência do PDC.

A Tabela 10 apresenta a programação anual de expansão do corpo técnico-administrativo.

Tabela 10 – Plano de expansão do corpo técnico administrativo na vigência do PDC entre 2019 e 2023.

Regime de trabalho	Situação em 2018	Ano				
		2019	2020	2021	2022	2023
20h	0	-	-	-	-	-
40h	40	39	41	43	44	45

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

A Tabela 11 apresenta o Plano de oferta de cursos de qualificação para o corpo técnico-administrativo.

Tabela 11 – Plano de evolução da qualificação do corpo técnico-administrativo na vigência do PDC entre 2019 e 2023.

Qualificação	Situação em 2018	Ano				
		2019	2020	2021	2022	2023
Ens. Fundamental Incompleto	0	0	0	0	0	0
Alf. Sem Curso Regular	0	0	0	0	0	0
Ensino Fundamental Completo	0	0	0	0	0	0
Ensino Médio	6	3	2	1	1	1
Ensino Médio Técnico	4	2	1	1	1	1
Graduação	12	16	15	11	7	1
Especialização	15	13	17	20	22	23
Mestrado	3	5	6	8	10	13
Doutorado	0	0	0	2	3	6
Total	40	39	41	43	44	45

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019 - 2023).

10 INFRAESTRUTURA

10.1 Cronograma de Infraestrutura física atual e de expansão para o período de vigência do PDC

Quanto à infraestrutura física do IFPA Campus Breves, percebe-se a necessidade de expansão dos espaços destinados à atividade fim, principalmente em razão do número mínimo de salas de aula, biblioteca e laboratórios. Nesse sentido, o planejamento inicial para o desenvolvimento da instituição consiste na retomada de obras paralisadas e construção de novos blocos de ensino, pesquisa e extensão, quadra de esportes/Ginásio coberto, refeitório/restaurante estudantil e novos laboratórios multifuncionais.

No que diz respeito às instalações administrativas, sala de docentes, de coordenações e espaço de almoxarifado o campus deverá readequar os espaços físicos existentes e utilizar a infraestrutura dos novos blocos planejados para o período de vigência do PDC, pois estão alocados provisoriamente em locais diversos daqueles definidos no momento da construção do campus breves.

Importante ressaltar que é fundamental a utilização de recurso orçamentário externo para concretizar a expansão da infraestrutura planejada para o período de 2019-2023, ou seja, a matriz orçamentária do Campus Breves, em regra, é insuficiente para construção de novos ambientes e espaços físicos, havendo necessidade de reforço orçamentário da Reitoria, de Emendas Parlamentares e/ou de Ações e Programas Específicos de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A Tabela 12 apresenta a dimensão e quantidade atual e estimada de ambientes de infraestrutura física para o período de vigência do PDC.

Tabela 12 - Dimensão e quantidade atual e estimada de ambientes de infraestrutura física para o período de vigência do PDC.

Infraestrutura	Área atual em m ²	Qtde atual (Unidade)	2019	2020	2021	2022	2023
Área de Convivência/ Lazer	334,79	1	1	1	1	1	1
Quadra de Esporte/Ginásio Coberto	-	-	-	-	1	1	1
Auditório	124,30	1	1	1	1	1	2
Miniauditórios	-	-	-	-	-	-	-
Banheiros	147,08	16	2	2	4	7	23
Biblioteca/Sala de Leitura/computação	122,12	1	1	1	1	1	2
Instalações Administrativas	171,73	1	1	1	1	1	2
Laboratórios de Informática	272,86	4	4	4	6	6	6
Laboratórios de Recursos Naturais	-	-	-	1	1	1	1
Salas de aula	512	8	8	11	18	25	25
Sala de Coordenação de Curso	-	-	1	1	1	1	1
Sala de Professores	39,81	1	1	1	1	1	1
Refeitório/Restaurante	-	-	-	-	1	1	1
Almoxarifado	39	1	1	1	1	1	1
Alojamento para alunos	-	-	-	-	-	-	-
Outros	70,60	3	3	3	3	3	3
TOTAL							

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

10.2 Biblioteca

Neste item, são quantificados por área de conhecimento os seguintes tópicos:

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

- livros: 832
- periódicos: 30
- assinatura de revistas e jornais: 0
- obras clássicas: 0
- dicionários: 0
- enciclopédias: 0
- vídeos: 0
- DVD: 0
- CD-Roms: 0
- assinaturas eletrônicas: 0

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

- livros: 150
- periódicos: 0
- assinatura de revistas e jornais: 0
- obras clássicas: 0
- dicionários: 0
- enciclopédias: 0
- vídeos: 0

- DVD: 0
- CD-Roms: 0
- assinaturas eletrônicas: 0

ENGENHARIAS

- livros: 430
- periódicos: 20
- assinatura de revistas e jornais: 0
- obras clássicas: 0
- dicionários: 0
- enciclopédias: 0
- vídeos: 0
- DVD: 0
- CD-Roms: 32
- assinaturas eletrônicas: 0

CIÊNCIAS AGRÁRIAS

- livros: 348
- periódicos: 45
- assinatura de revistas e jornais: 0
- obras clássicas: 0
- dicionários: 0
- enciclopédias: 0
- vídeos: 0
- DVD: 0
- CD-Roms: 20
- assinaturas eletrônicas: 0

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

- livros: 150
- periódicos:
- assinatura de revistas e jornais: 0
- obras clássicas: 0
- dicionários: 0
- enciclopédias: 0
- vídeos: 0
- DVD: 0
- CD-Roms: 0
- assinaturas eletrônicas: 0

CIÊNCIAS HUMANAS

- livros: 90
- periódicos:
- assinatura de revistas e jornais: 0
- obras clássicas: 0
- dicionários: 58
- enciclopédias: 0

- vídeos: 0
- DVD: 0
- CD-Roms: 0
- assinaturas eletrônicas: 0

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES

- livros: 60
- periódicos: 0
- assinatura de revistas e jornais: 0
- obras clássicas: 0
- dicionários: 0
- enciclopédias: 0
- vídeos: 0
- DVD: 0
- CD-Roms: 0
- assinaturas eletrônicas: 0

Espaço físico para estudos: salão com seis mesas redondas e quatro cadeiras cada uma, totalizando vinte e quatro lugares. Ressalta-se que a obra de construção do bloco onde a biblioteca funcionará está inacabada. A aquisição de mobiliário (estantes, carrinho, mesas, cadeiras, cabines de estudo) e equipamentos (impressora, leitor de código de barras) para este bloco está em tramitação no setor correspondente.

Terminal de pesquisa à internet: cinco computadores com OpenOffice conectados à internet estão disponíveis para os alunos.

Horário de funcionamento: das 08h às 12h e 13h às 21h.

Pessoal técnico-administrativo: possui três servidores lotados no setor (uma bibliotecária e dois auxiliares de biblioteca)

Serviços oferecidos: orientação à formatação de trabalhos acadêmicos; orientação à pesquisa à internet; atendimento ao público interno e externo no que concerne à disseminação de informações do campus; solicitação, armazenamento, distribuição e controle de livros didáticos; tratamento e registro de acervo bibliográfico; elaboração de ficha catalográfica; circulação de material (empréstimo e devolução); apoio aos discentes e docentes nos projetos de extensão desenvolvidos no âmbito do campus.

Sistema informatizado: o IFPA utiliza o Sistema Pergamum (Sistema de gerenciamento de bibliotecas) para o cadastro, controle e circulação de material bibliográfico. No campus Breves está sendo realizado o cadastro do acervo para que, após a instalação dos demais equipamentos necessários ao seu funcionamento, seja realizada a circulação do material por meio deste sistema.

Formas de atualização e cronograma de expansão do acervo: a atualização do acervo está prevista com a aquisição de novos exemplares conforme processo de compra em tramitação no setor correspondente. O cronograma de expansão está previsto conforme a tabela 15 do PDI 2019-2023.

Permuta e doação de material bibliográfico: atualmente parte do acervo presente na biblioteca do campus Breves é composto por material doado por servidores (técnicos e docentes), assim como pela comunidade externa e também por instituições públicas como: Agência Nacional de Águas - ANA, Ministério do Meio Ambiente, Instituto

Histórico e Geográfico do Pará, EMBRAPA, IBGE. O acervo conta ainda com produções do próprio Instituto, como por exemplo a Revista da Extensão.

A Tabela 13 apresenta a quantidade de títulos e exemplares, atuais e estimados para 2019 a 2023, de acervo bibliográfico.

Tabela 13 - Quantidade de títulos e exemplares, atuais e estimados para 2019 a 2023, de acervo bibliográfico.

Titulação	2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	Qtde Títulos	Qtde Exemplares										
Livros	72	2070	461	3662	660	5262	860	6862	1060	8462	1260	10.062
Periódicos	6	90	10	106	12	114	14	122	18	138	20	146
Obras de referência	1	58	10	67	15	72	20	77	25	82	30	87
Vídeos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DVD/ Áudio Livro	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CD-Roms	34	52	35	53	40	58	40	58	45	63	45	63
Assinatura Eletrônica	0	0	1	1	2	2	2	2	3	3	3	3
Outros	8	8	12	12	14	14	16	16	20	20	20	20

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

10.3 Laboratórios de Informática e Equipamentos de Tecnologia da Informação

Atualmente o Campus possui 02 (dois) laboratórios de informática equipado com 52 (cinquenta e duas máquinas) microcomputadores e 01 (um) laboratório em fase de estruturação. Entretanto, os espaços físicos ainda necessitam de finalização das instalações relacionadas à infraestrutura, mas que já atendem os requisitos mínimos de acessibilidade física.

Quanto à acessibilidade digital precisa da aquisição de equipamentos e softwares adequados às pessoas com deficiência.

Do mesmo modo, os laboratórios de Informática atendem às normas de segurança estabelecidas e possuem adequado acesso à internet.

Assim, com a aquisição de novos equipamentos e após sanar os problemas relacionados à infraestrutura, os espaços estarão completos para uso, fato este que não impede a realização das atividades acadêmicas atualmente.

A Tabela 14 apresenta a quantidade de equipamentos dos laboratórios de informática, atuais e estimados para 2019 a 2023.

Tabela 14 – Quantidade de equipamentos dos laboratórios de informática, atuais e estimados para 2019 a 2023.

Equipamentos	Tem em 2018	Pretende adquirir em 2019	Pretende adquirir em 2020	Pretende adquirir em 2021	Pretende adquirir em 2022	Pretende adquirir em 2023	Pretende ter em 2023
Computadores	52	52	10	10	10	10	144
Notebooks	0	0	0	0	0	0	0
Impressoras	0	0	0	0	0	0	0
Projetores	1	5	2	1	7	7	23
Retroprojetores	0	0	0	0	0	0	0
Televisores	1	1	0	0	0	0	2
Nobreak/Estabilizador	23	17	10	10	10	10	80
Switch/Roteador	6	5	3	0	2	0	16
Software	0	41	41	0	0	0	82
Software	0	2	0	0	0	0	2
Software	0	40	40	40	40	20	180
Software	0	41	41	0	0	0	82
Software	0	40	40	40	40	20	180
Software	0	41	41	0	0	0	82
Servidor de Rede	0	1	0	0	0	0	1
Caixa de Som	0	8	2	1	7	7	25
Outros	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: IFPA (2019), PDI 2019-2023.

10.4 Recursos tecnológicos e de audiovisual para uso administrativo

Os recursos de tecnologia da informação atendem todo corpo técnico-administrativo com computadores, impressoras, projetores e internet (rede cabeada e wireless).

O planejamento para aquisição de recursos tecnológicos prevê a expansão e as necessidades do contingente administrativo para 2019 a 2023.

A Tabela 15 apresenta a quantidade de equipamentos de informática para uso administrativo, atuais e estimados para 2019 a 2023, por tipo de equipamento.

Tabela 15 – Quantidade de equipamentos de informática para uso administrativo, atuais e estimados para 2019 a 2023, por tipo de equipamento.

Equipamentos	Tem em 2018	Pretende adquirir em 2019	Pretende adquirir em 2020	Pretende adquirir em 2021	Pretende adquirir em 2022	Pretende adquirir em 2023	Pretende ter em 2023
Computadores	58	36	7	1	7	7	116
Notebooks	0	12	0	0	0	0	12
Impressoras	2	1	1	0	0	0	4
Projetores	18	11	2	1	7	7	46
Retroprojetores	0	0	0	0	0	0	0
Televisores	2	2	0	0	0	0	4
Nobreak-Estabilizador	103	86	2	1	7	7	206
Switch/Roteador	4	4	0	0	0	0	8
Software	0	4	0	0	0	0	4
Software	0	2	0	0	0	0	2
Software	0	2	0	0	0	0	2
Servidor de Rede	0	2	0	0	0	0	2
Caixa de Som	0	4	2	1	7	7	21
Outros	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

10.5 Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais

A Constituição Federal de 1988, no artigo 205 prevê o direito de todos à educação e o artigo 208 prevê o Atendimento Educacional Especializado, e a inclusão escolar, fundamentada na atenção à diversidade, exigindo mudanças estruturais nas escolas comuns e especiais, e tendo por base a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva que traz como objetivo “o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares”.

O IFPA em seus editais de processos seletivos tem garantido o que versa a Lei Nº 12.711/2012, Lei esta que trata das cotas que devem ser reservadas para pessoas com deficiência nas instituições de ensino, portanto, o IFPA vem buscando ações que possam garantir as pessoas com deficiência a acessibilidade necessária para sua permanência e êxito acadêmico na instituição.

O Núcleo De Atendimento às Pessoas Com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), dentro do IFPA é o núcleo responsável por gerenciar ações que possam facilitar, através da acessibilidade, a inclusão do estudante deficiente, por isso necessita de aquisição de recursos de tecnologia assistiva visando garantir os objetivos inclusivos da instituição, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 do IFPA.

O NAPNE tem por finalidade efetuar esforços no sentido de promover o sucesso escolar e no mundo do trabalho dos estudantes com necessidades educacionais específicas que estejam regularmente matriculados no IFPA, subsidiando políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão para compor o planejamento do campus de modo a atender as pessoas com necessidades educacionais específicas e terá como foco principal os seguintes objetivos;

- Integrar todos os setores da instituição, buscando discutir as políticas e a implementação no campus das políticas inclusivas.
- Contribuir na implementação de políticas de permanência e conclusão com êxito dos alunos com necessidades educacionais específicas.
- Promover a cultura da inclusão para que construa conhecimentos técnicos e valores sociais durante seu percurso formativo que oriente a sua vida social de forma consciente e comprometida.
- Estimular a educação para o exercício da cidadania, a convivência, a aceitação da diferença, a quebra das barreiras atitudinais, arquitetônicas e comunicacionais.
- Elaborar programa de atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas do Campus, bem como auxiliar os professores no planejamento das suas aulas para atendimento dos alunos com necessidades educacionais específicas.
- Articular os diversos setores do IFPA, nas atividades relativas à inclusão, na definição de prioridades de ações, aquisição de equipamentos, software, material didático pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas e estímulo à aquisição e desenvolvimento de Tecnologia Assistiva;
- Elaborar e executar Plano de Atendimento Educacional Especializado, considerando a particularidade de cada estudante e sua necessidade educacional específica;
- Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- Estabelecer articulação com os professores visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação e aprendizagem dos estudantes nas atividades escolares;
- Elaborar anualmente Plano de Trabalho do NAPNE, de acordo com as demandas de cada campus.

O Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA, cuja missão é promover a educação profissional e tecnológica pública de qualidade, respeitando o pluralismo de ideias e as diferenças individuais buscando defender e garantir condições de vida com dignidade a todas as pessoas.

O NAPNE executará ações que garantam as pessoas com deficiência inserida nesta instituição a ampliação das suas habilidades funcionais, promovendo assim, uma vida acadêmica satisfatória e inclusiva.

10.6 Plano de substituição de veículos

De acordo com as informações do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do IFPA, a Pró-Reitoria de Administração e as Diretorias de Administração dos *Campi* deverão debater sobre o Plano de Substituição de Frota do IFPA, a fim de produzir estudos que subsidiem a elaboração e institucionalização de um documento que regulamente o tema no âmbito do Instituto Federal do Pará.

Desde já, o Campus Breves deverá verificar a viabilidade e o melhor custo benefício do processo de substituição da frota do campus, pois somente dessa forma é possível decidir entre a terceirização dos serviços de transporte ou aquisição de novos veículos.

11 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CAMPUS POLÍTICAS DE GESTÃO DO IFPA

11.1 Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico

A Resolução Nº 008/2019/CONSUP, de 10 de janeiro de 2019, aprovou a Estrutura Organizacional do Campus Breves do IFPA, estabelecendo a estrutura de cargos e funções no âmbito do Campus, bem como aderência entre o organograma funcional das Unidades da Reitoria do IFPA, cujo objetivo é a melhoria do fluxo dos processos institucionais, atendendo ao princípio da relação sistêmica da gestão e de seu funcionamento em rede.

A organização administrativa do Campus está estruturada da seguinte forma: Diretoria Geral, Departamento Administrativo e Departamento de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Extensão, a essas estão atrelados Coordenações e Setores, os quais seguem descritos abaixo, contendo de forma resumida suas funções.

- Diretoria Geral, autoridade máxima do Campus; Conselho Diretor CONDIR, órgão consultivo máximo do Campus; Gabinete, assessorar o Diretor Geral do Campus; Setor de Tecnologia da Informação, gerenciar e desenvolver Tecnologias da Informação do Campus; Setor de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação Institucional, coordenar, elaborar e atualizar os instrumentos de gestão; Assessoria de Comunicação Social, construir as políticas de comunicação do Campus; Setor do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), analisar a instrução processual das solicitações de diárias e passagens de acordo com a legislação vigente; Coordenação de Gestão de Pessoas, promover os registros cadastrais dos servidores nos sistemas SIAPE, SIASS: estão atrelados a essa Coordenação o Setor de Cadastro e Movimentação - Setor de Qualidade de Vida do Servidor e Setor de Desenvolvimento e Avaliação. Porém, as atividades desses setores, ainda, estão centralizadas na Coordenação de Gestão de Pessoas.
- Departamento de Administração, assessorar a Direção Geral em assuntos de sua competência; Coordenação de Contabilidade, Orçamento e Finanças, coordenar, orientar e executar as atividades de movimentação financeira e contábil; Setor de Almoxarifado e Patrimônio, emitir pedidos de compras, conferir, inspecionar e receber o material adquirido, de acordo com as especificações da nota de empenho; Setor de Compras e Serviços, assessorar e auxiliar nas requisições de materiais/produtos/serviços; Setor de Contratos e Convênios, exercer a gestão dos contratos firmados pelo Campus; Setor de Protocolo e Arquivo, receber, acompanhar e controlar a tramitação das documentações.
- Departamento de Ensino, Pesquisa, Inovação e Extensão, planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades referentes ao Ensino; Setor de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas, desenvolver, apoiar e acompanhar programas, projetos e ações de assistência estudantil que contribua com a permanência, êxito e formação individual e global dos estudantes; Setor Pedagógico, assessorar ao Departamento de Ensino, no que se refere à elaboração e o acompanhamento da implementação de políticas educacionais, bem como coordenar as discussões para laboração e atualização dos Projetos de Cursos; Setor Psicopedagógico, acompanhamento, diagnóstico de causas de dificuldades de aprendizagem e orientação profissional dos alunos; Setor de Ensino e Políticas Educacionais, acompanhar e orientar todas as ofertas de cursos, confecção de horário de aulas,

a lotação dos professores para atuação nos componentes curriculares e o trabalho de orientação docente; Coordenações de Curso, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas dos cursos, dos alunos e professores; Setor de Registro e Indicadores Acadêmicos, efetivar o registro e controle acadêmico do campus, garantindo segurança e confiabilidade às informações registradas; Setor de Biblioteca, atender a comunidade acadêmica e o público em geral, prestando serviços informacionais e bibliotecários; Setor de Controle e Gestão Ambiental, formular estratégia de gestão do meio ambiente no âmbito do Campus; Setor de Educação à Distância, acompanhar e assessorar projetos e ações na modalidade à distância no Campus; Setor de Laboratórios, supervisionar a utilização dos equipamentos disponíveis no laboratório; Coordenação de Extensão, coordenar a implementação dos programas, projetos e ações de extensão do Campus; Setor de Egressos, gerenciar, estimular, desenvolver acompanhar e avaliar ações de visem à promoção do atendimento aos egressos (o Campus não possui um Setor de Egressos, as atividades são desenvolvidas pelo Comitê Gestor Interno de Acompanhamento dos Egressos); Setor do Observatório do Mundo do Trabalho, gerenciar, estimular, desenvolver, acompanhar e avaliar ações que visem a promoção das atividades do OMT Local (o Campus não possui um Setor do Observatório do Mundo do Trabalho, as atividades são desenvolvidas pelo Comitê Gestor do Observatório do Mundo do Trabalho); Setor de Esporte, Cultura e Lazer, garantir o exercício da cidadania no IFPA, interagindo com as manifestações de arte, cultura, esporte e lazer (o Campus não possui esse Setor, as atividades estão sendo desenvolvidas pelo Núcleo de Esporte, Cultura e Lazer e Nucleio de Arte, Cultura e Lazer); Setor de Estágio, coordenar e acompanhar a implementação da política de estágio do IFPA Campus Breves; Setor de Idiomas, planejar a oferta dos cursos de idiomas e atividades vinculadas, afim de desenvolver o aprimoramento das práticas educacionais; Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, assessora o Departamento de Ensino na elaboração, aplicação e utilização das diretrizes e regulamentos inerentes à pesquisa;

Dentro da estrutura organizacional temos comissões institucionais (CIS, CPPD, NEAB, NAPNE, CPA, CPS, CPL) com representatividade no Campus para viabilizar a realização das atividades pertinentes a cada comissão. A representatividade é atualizada conforme Regimento Próprio.

11.1.1 Estatuto do IFPA, Regimento Geral do IFPA e Regimento Interno do Campus

Estatuto do IFPA

O documento completo do Estatuto do IFPA, aprovado, na forma da Resolução nº 120/2020-CONSUP, encontra-se disponível neste link: <https://ifpa.edu.br/documentos-institucionais/0000/docs-inst/5245-resoluc-a-o-n-120-2020-consup-ifpa-estatuto-ifpa-1/file>.

Regimento Geral do IFPA

O documento completo do Regimento Geral do IFPA, aprovado, na forma da Resolução nº 190/2020 - CONSUP, de 21 de dezembro de 2020, que regulamenta as atividades da administração superior, da Reitoria, dos Campi e demais órgãos que compõem a instituição, encontra-se disponível neste link: <https://ifpa.edu.br/documentos-institucionais/0000/docs-inst/5483-resolucao-n-190-2020-consup-ifpa-regimento-geral/file>

11.2 Órgãos Colegiados

11.2.1 CONDIR e outros

O Conselho Diretor, com composição e atribuições que lhe são conferidas por Regimento Próprio (Resolução n 096/2019/CONSUP, de 15 de maio), é o órgão consultivo máximo do Campus e tem por finalidades colaborar para o aperfeiçoamento de uma gestão democrática, transparente, participativa, inclusiva e zelar pela adequada execução das políticas do Campus.

O CONDIR tem a seguinte composição: I - o Diretor Geral do Campus, como presidente; II - o responsável pela unidade gestora de Ensino no Campus; III - o responsável pela unidade gestora da Pesquisa, Pós-graduação e Inovação no Campus; IV - o responsável pela unidade gestora da Extensão no Campus; V - o responsável pela unidade gestora da Administração no Campus; VI - o responsável pela unidade gestora do Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação Institucional no Campus; VII - 02 (dois) representantes docentes eleitos por seus pares, sendo um titular e um suplente, com mandato de dois anos; VIII - 02 (dois) representantes discentes eleitos por seus pares, sendo um titular e um suplente, sendo 01 (um) do nível médio e 01 (um) de nível superior, com mandato de dois anos; IX 02 (dois) representantes técnico-administrativos, eleitos por seus pares, sendo um titular e um suplente, com mandato de dois anos; X - 01 (um) representante dos egressos, eleito em assembleia convocada propriamente para este fim, para o mandato de dois anos; XI - 02 (dois) representantes da sociedade civil organizada, sendo um titular e um suplente, com mandato de dois anos.

Dentro da estrutura organizacional do Conselho há a figura das Câmaras Técnicas (Câmara de Administração e Câmara de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação), as quais analisam as demandas encaminhadas.

11.3 Políticas de Gestão do IFPA

A Política de Gestão do IFPA-Campus Breves busca permanentemente implantar e aprimorar a consecução de um trabalho sinergicamente integrado em todos os níveis hierárquicos do campus de forma dinâmica e excelente capacidade gerencial. Nos subitens a seguir, serão apresentados os detalhamentos da política de gestão do IFPA Campus Breves, com ênfase nas estratégias organizacionais para atingir a excelência na oferta de uma educação voltada para a realidade marajoara.

11.3.1 Política de Gestão Integrada

As principais políticas de gestão integrada ocorrem no âmbito interno entre a Direção Geral, Departamento de Administração e Departamento de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Extensão e suas respectivas coordenações e setores, e com as Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas, considerando as legislações e documentos institucionais. No caso do Departamento de Administração do Campus Breves, são concretizadas através da construção coletiva e participativa de ações que otimizem o andamento dos processos administrativos, tais como a realização de reuniões ordinárias mensais e trimestrais entre todos os setores e as coordenações do departamento, fato este, que permite a troca de experiências e o planejamento de soluções efetivas para as dificuldades enfrentadas no campus.

Além disso, cumpre ressaltar o apoio institucional das Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas do IFPA, sobretudo da Pró-Reitoria de Administração – PROAD na gestão orçamentária, administrativa, financeira, contábil e patrimonial, bem como no acompanhamento dos processos de aquisições e de contratos administrativos, o que fortalece as políticas de Gestão Integrada entre a Reitoria e o Departamento de Administração.

Quanto às diversas ações relacionadas ao Departamento de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Extensão, evidencia-se um apoio especial e permanente da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação (PROPPG) e Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Esse apoio é direcionado a um quadro de servidores técnicos e docentes que constituem um todo conectado por meio das estruturas de gestão formais, tais como: departamentos, coordenações, setores, comissões e grupos de trabalho, bem como, estruturas informais relativas aos aspectos voltados para o bom relacionamento interpessoal no trabalho que permitem a integração e o pleno desenvolvimento de atividades colaborativas com excelentes resultados institucionais.

11.3.2 Política de Transparência da Gestão e de Acesso à Informação

Quanto às Políticas de Transparência da Gestão e de Acesso à Informação, além de ter as informações orçamentárias, contratuais e de todas as receitas e despesas do campus divulgadas no Portal da Transparência do Governo Federal, pretende-se efetivar no calendário acadêmico anual três reuniões gerais com servidores e a comunidade acadêmica, para melhorar o processo de transparência dos recursos públicos recebidos pelo campus: Reunião de Planejamento Orçamentário (Janeiro), Reunião de Acompanhamento da Execução Orçamentária (Agosto) e Reunião de Prestação de Contas (Dezembro).

Ademais, ressalta-se a obrigatoriedade de utilização dos Processos Eletrônicos no Campus, através do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), o que proporciona acesso amplo às informações pela comunidade e facilita a consulta dos atos praticados pela gestão do Departamento de Administração, possibilitando que as solicitações da sociedade e de órgãos de controle sejam respondidas de maneira efetiva e direcionada, conforme estabelece a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

11.3.3 Política de Gestão de Pessoas

Além de operacionalizar os procedimentos de cadastro, atualização cadastral e pagamento de pessoal, a política de Gestão de Pessoas está voltada principalmente para a valorização do servidor, desde o início de sua carreira no Campus, através de acolhimento, ambientação e alocação. A alocação é realizada de acordo com as competências de cada cargo, conhecimento e experiência pessoal, alinhados às necessidades de cada setor do campus. Desse modo, é possível impulsionar o desenvolvimento coletivo das equipes de trabalho através de políticas de valorização do servidor em parceria com a Comissão de Saúde e Qualidade de Vida do Campus Breves, promovendo eventos voltados para a saúde no trabalho e integração dos servidores.

Ressaltam-se, ainda, as políticas de capacitação que visam promover o desenvolvimento pessoal dos servidores que constituem Campus Breves, para que alcancem o desenvolvimento na carreira e desempenhem suas atividades adequadamente e de acordo com o ambiente organizacional no qual estão inseridos.

Em 2018 foi elaborado e aprovado o Plano de Capacitação/2018. Em 2019 foi estabelecida a Comissão de Educação Continuada, responsável por elaborar um novo plano para 2019, porém, devido a outras demandas dos servidores que compõem a comissão, o plano nem chegou a ser elaborado. Para o ano de 2020, o objetivo é atualizar a portaria da Comissão para a construção do plano, construí-lo e pô-lo em prática.

11.3.4 Política de Gestão por Processos

No âmbito do IFPA Campus Breves, a formalização e implementação de uma Política de Gestão por Processos encontra-se em andamento. Contudo, as unidades organizacionais do Campus vêm desenvolvendo uma diversidade de ações de forma planejada, organizada e integrada com resultados cada vez mais consistentes em sua área de abrangência. São ações desencadeadas por meio de métodos práticos que se vinculam aos fundamentos da gestão por processos, uma vez que a execução das atividades segue uma sequência lógica e dinâmica que busca sempre resultados mais céleres e eficazes, por meio de uma abordagem sistêmica dos processos.

Objetiva-se realizar a padronização dos processos corporativos e assim tornar a gestão das atividades do campus ainda mais eficientes e eficazes, com fluxos processuais mais dinâmicos e produtivos. Para tanto, pretende-se realizar a avaliação permanente dos pontos fortes de cada processo com vistas a otimizá-los, assim os pontos que merecem aprimoramentos dos fluxos processuais do Campus. Planeja-se adotar as diretrizes do Escritório de Gerenciamento de Projetos de Gestão e Processos (EGPGP) no âmbito do Campus Breves.

11.3.5 Políticas de Gestão de Riscos e Controles

O Campus Breves ainda não possui uma Política de Gestão de Riscos e Controles. Com o estabelecimento em 2019 de um Setor dedicado ao Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação Institucional, a elaboração da referida Política está entre as prioridades para o período de vigência deste PDC. Para gerir e acompanhar os riscos inerentes aos processos administrativos e pedagógicos, o Campus será orientado pelo levantamento de Riscos, de Análise e Respostas contidas no item 16 deste documento. O acompanhamento será realizado

pelo Setor de Planejamento junto a cada área responsável por executar as atividades previstas no PDI e PDC 2019-2023.

No Departamento de Administração, já se iniciou um movimento em direção à gestão e controle de riscos para atender às necessidades do setor. O Departamento iniciou o processo de construção dos Planos de Ação (Modelo 5W2H + Matriz GUT) de cada unidade do departamento. Desta forma, foi possível descrever as principais ações planejadas pelo departamento para o Campus Breves, quais os benefícios dessas ações, detalhar a maneira como deverão ser executadas, definir os custos das ações para verificar a viabilidade, estabelecer os principais riscos que dificultariam o cumprimento das tarefas, planejar estratégias alternativas e determinar quais os recursos materiais, humanos e de infraestrutura seriam necessários para enfrentar os elementos limitantes de cada ação.

Outrossim, em respeito às diretrizes de gestão de riscos e controles determinadas pelo Tribunal de Contas da União, implementou-se no Departamento de Administração a realização de estudos técnicos preliminares aos processos de aquisições e contratações, com o objetivo de embasar a elaboração dos termos de referência, minimizar os riscos e verificar a viabilidade do processo de contratação.

11.3.6 Política de Meio Ambiente

O IFPA Campus Breves conta com uma Política de Meio Ambiente alinhada à Política Institucional de Meio Ambiente (PIMA) do IFPA, instituída pela Resolução Nº 173/2017/CONSUP, de 25 de abril de 2017.

Entre as responsabilidades que o documento confere ao IFPA e seus Campi, destacamos:

Art. 1º O desenvolvimento sustentável é um dos valores que norteia as ações do Instituto Federal do Pará (IFPA), sendo fundamental para que a instituição atue de forma alinhada às questões sociais, ambientais e econômicas da atualidade, devendo ser amplamente difundido, a fim de fundamentar a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel perante a sociedade.

Art. 3º São Princípios que regem a Política Institucional de Meio Ambiente do IFPA:

- I - O enfoque humanista, holístico, ecológico, democrático e participativo;
- II - A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- III - A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- IV - A utilização sustentável dos recursos naturais e bens públicos;
- V - A gestão adequada dos resíduos gerados;
- VI - A qualidade de vida no ambiente de trabalho e o bem-estar social;
- VII - A conscientização, capacitação e sensibilização dos servidores e colaboradores;
- VIII - A sustentabilidade;
- IX - A integração de ações entre as unidades da instituição;
- X - A integração de ações entre a instituição e a comunidade externa.
- XI - A prevenção e a precaução;
- XII - A melhoria contínua dos processos de gestão ambiental.

11.3.7 Modelo de Gestão do Campus

O IFPA Campus Breves adota um Modelo de Gestão permeado essencialmente por princípios democráticos e de participação, além de pautar sua atuação em outros aspectos

indispensáveis tais como: ética, igualdade, comprometimento, transparência, cidadania, sustentabilidade, tolerância e inclusão.

As estratégias de gestão adotadas pela Direção Geral e Departamento de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Extensão, assim como pelo Departamento de Administração, objetivam um diálogo horizontal e permanente, de forma a permitir a execução de um planejamento, organização e coordenação sistemático do fluxo processual de trabalho diário. Esses departamentos por sua vez, se integram às demais unidades organizacionais hierarquicamente vinculadas e juntos operacionalizam os diversos trabalhos inerentes às ações finalísticas do campus, com um olhar cuidadoso à sua área de abrangência e as peculiaridades da Amazônia marajoara.

A partir do ano de 2019, o IFPA Campus Breves irá envidar esforços e recursos no sentido de implantar as práticas do Modelo de Excelência na Gestão (MEG), desenvolvido pelo Programa Ges-pública do Governo Federal, desta forma o Campus estará plenamente integrado em modelo unificado e adequado a realidade da instituição.

11.3.8 Governança Operacional do Campus

O modelo de gestão em andamento no Campus Breves é ancorado em práticas que buscam essencialmente os princípios democráticos em todas as ações. Todo o processo de tomada de decisão é realizado a partir do constante suporte da Reitoria e diversas Pró-Reitorias do Instituto Federal. A condução e monitoramento das ações planejadas e executadas no âmbito do Campus envolvem a escuta, participação e pleno relacionamento com a sociedade, bem como com os parceiros institucionais e órgãos de controle. São promovidos de forma continuada fóruns de discussões com objetivo de apresentar, debater e buscar as soluções para as problemáticas que naturalmente apresentam-se no cotidiano do campus.

12 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

12.1 Estímulos à permanência (concessão de auxílios, bolsas e fortalecimento de serviços)

Visando proporcionar aos estudantes as melhores condições de aprendizagem, o IFPA Campus Breves oferece serviços de apoio pedagógico, psicossocial, e de caráter financeiro, pecuniário ou assistencial. Além disso, oferta programas e projetos de implementação de políticas de ações afirmativas, bem como de esporte e lazer. O IFPA Campus Breves dispõe de uma equipe técnica que responde pela avaliação dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que, a depender de suas necessidades e da disponibilidade orçamentária da Instituição, poderão receber mais de um tipo de serviços e auxílios. Assim, na IFPA Campus Breves, um estudante com alta vulnerabilidade socioeconômica pode receber, simultaneamente, o Auxílio Moradia, o Auxílio Alimentação, o Auxílio Creche, o Auxílio de apoio pedagógico participação em eventos técnico-científico e participação em eventos esportivos, auxílio eventual, ações de pesquisa e extensão. O IFPA Campus Breves disponibiliza aos discentes em vulnerabilidade socioeconômica diferentes mecanismos de suporte à sua manutenção. A identificação e comprovação da vulnerabilidade desses estudantes são garantidas por meio de análise documental e social no SIGAA, que podem incluir entrevistas e visitas domiciliares, realizadas pela equipe da Assistência Estudantil e Ações Inclusivas do Campus, que oferece diferentes tipos de auxílios e serviços, a saber:

- O Auxílio Moradia: auxílio financeiro para apoio ao custeio de permanência (aluguel) no município em que o campus se localiza; foram ofertados 35 auxílios em 2019.
- O Auxílio Alimentação: auxílio financeiro destinado ao pagamento de despesas com alimentação para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica; foram ofertados 219 auxílios em 2019.
- O Auxílio Creche: Proporcionar aos alunos em situação de vulnerabilidade econômica e social que possui filhos na faixa etária 0 a 5 anos de idade auxílio que possa ajudar nos cuidados e proteção do mesmo, e assim possibilitar ao aluno maior rendimento escolar, considerando que poderá está mais tranquilo nas aulas estando seu filho em segurança; foram ofertados 18 auxílios em 2019.
- O apoio pedagógico Participação em eventos técnico-científico: Proporcionar aos alunos regularmente matriculados e em situação de vulnerabilidade econômica e social participação em eventos que possibilite divulgar a produção científica do Campus, bem como oportunizar o acesso a novos conhecimentos que contribua para a aprendizagem do aluno; foram ofertados 20 auxílios em 2019.
- O apoio pedagógico Participação em eventos esportivos: Proporcionar aos alunos regularmente matriculados em situação de vulnerabilidade econômica e social participação em eventos esportivos promovido pelo IFPA com objetivo de promover a integração e socialização entre os estudantes dos 18 Campi; foram ofertados 20 auxílios em 2019.
- Material Pedagógico: Proporcionar aos alunos em situação de vulnerabilidade econômica e social apoio pedagógico para sua permanência e êxito nos estudos. Adesão a Ata de Registro de Preço por meio de Termo de Referência do Departamento de Assistência Estudantil e Ações Inclusiva, cadastro e seleção de alunos em situação de vulnerabilidade econômica e social que não dispõe de

condições financeiras para adquirir material escolar; foram ofertados 67 kits em 2019.

- Auxílio Eventual: auxílio financeiro excepcional concedido em casos de emergência de estudante em vulnerabilidade socioeconômica, que não foram contemplados com auxílios ofertados em editais, realização de Estudo Social pelo profissional de Serviço Social. Foram ofertados 06 auxílios em 2019.
- Serviço de psicologia educacional: ações coletivas e/ou individuais em psicologia voltadas aos estudantes regularmente matriculados em cursos do IFPA Campus Breves, prioritariamente os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica atendidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES, na perspectiva de: promover o bem-estar e saúde mental/emocional, contribuindo para otimização da qualidade de vida, possibilitando um espaço de acolhida e reflexão que favoreça a construção de uma visão coerente acerca de si e daquilo que almeja, buscando lidar de maneira mais assertiva frente às dificuldades que possam surgir durante sua permanência no instituto; demanda espontânea.
- Serviço social aplicado à educação: voltados aos estudantes em situação de risco social, contribuindo para a qualidade de vida e bem-estar pessoal e familiar, visando o bom desempenho acadêmico; demanda espontânea.

Ainda, no quesito assistência estudantil, a meta do IFPA Campus Breves para os próximos anos é conseguir avançar para além dos editais de auxílio para um patamar de apresentação e consolidação de programas institucionais específicos, contínuos e integrados de estímulo à inserção dos estudantes, prioritariamente os oriundos de escola pública, com deficiência, indígenas, quilombolas, grupos étnicos-raciais e legalmente beneficiários de ações afirmativas, em programas e projetos de ensino, monitoria, tutoria, estágio, TCC, laboratórios, extensão e pesquisa.

Especificamente em relação aos auxílios estudantis, a meta é oferecer também, nos próximos anos, auxílio saúde, acesso, participação e aprendizagem de alunos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade e superdotação, Inclusão Digital, Restaurante Estudantil.

O objetivo principal é oferecer ao estudante uma permanência no instituto com qualidade de vida e excelência acadêmica.

12.2 Programas de apoio pedagógico e financeiro

Estes programas serão definidos pelo fórum da assistência estudantil, que será composto pelos representantes de turma, coordenadores de curso, setor pedagógico e o Setor de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas. O fórum será convocado no final do segundo semestre para deliberar as ações propostas para PTA do ano seguinte, levando em consideração a estrutura do plano de trabalho anual da assistência estudantil (PTA), aonde será definido como e onde os recursos da assistência serão alocados para o ano seguinte.

12.3 Organização estudantil

O Campus Breves ainda não possui Diretório Central dos Estudantes (DCE), Grêmio Estudantil e Centros Acadêmicos, no entanto, iremos estimular esses espaços de organização estudantil nos diferentes níveis e modalidades.

12.4 Acompanhamento dos egressos

Em âmbito interno foi instituído o Comitê Gestor Interno de Atendimento aos Egressos do IFPA Campus Breves, através da Resolução N° 328/2017-CONSUP, que define a política institucional e regulamenta as atividades e os procedimentos gerais do Programa de Atendimento aos Egressos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. O CGIPE é composto por equipe multiprofissional constituída pelos setores de atendimento aos estudantes e docentes. Sua atuação de forma integrada consiste no acompanhamento, monitoramento e no desenvolvimento de estratégias e ações que estreitem um relacionamento contínuo com egressos do campus.

Dentre os mecanismos a serem utilizados, encontram-se:

- Realização de Encontro de Egressos do campus Breves;
- Atualização contínua do Mural de Oportunidades;
- Realização de pesquisas institucionais de egressos;
- Incentivo ao envolvimento de egressos em eventos e atividades acadêmicas;
- Incentivo à participação e permanência de egressos em órgãos colegiados institucionais.

13 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional Interna ou Autoavaliação está inserida no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, tem entre suas finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, expansão da sua oferta e o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior

Nesse sentido, a Autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) busca reunir dados, análises e informações, que oportunizam à Instituição uma reflexão crítica de seu percurso no período avaliado, para o planejamento de ações e a consecução de seus objetivos.

Para isso, a Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA Institucional) em conjunto com as Comissões Próprias de Avaliações Locais (CPAs Locais) de cada Campus e com o apoio dos dirigentes da Instituição, realiza pesquisas por meio de questionário eletrônico aplicado às diferentes categorias que integram essa instituição de ensino: discentes, docentes e técnico-administrativos. Com o objetivo de avaliar diversos aspectos e indicadores que compõem as dez dimensões estabelecidas pelo SINAES. Tal pesquisa possui caráter descritivo-exploratório, pois visa gerar conhecimento sobre a opinião de diversos públicos acerca das ações desenvolvidas, gerando subsídios para as políticas institucionais e, ainda, um caráter descritivo, pois envolve a classificação, descrição e interpretação dos dados levantados

De forma transparente, os relatórios produzidos com a sistematização dos dados da pesquisa são publicados, apresentando as demandas da comunidade acadêmica. Com os resultados, abre-se um processo de discussão com os dirigentes, já que é possível identificar, de maneira objetiva, os pontos fortes e fracos, além das ameaças e oportunidades em relação

à instituição, os quais servirão de base de informações para a consignação de ações de melhorias no planejamento anual das unidades, além do aperfeiçoamento do Plano de Desenvolvimento Institucional em sua etapa de revisão e, conseqüentemente, o contínuo desenvolvimento da Instituição.

Esse fato demonstra o comprometimento da instituição com todos os segmentos acadêmicos, buscando constantemente o aperfeiçoamento dos processos de gestão e a eficiência dos objetivos planejados e da missão da Instituição.

Por conseguinte, a Autoavaliação Institucional busca auxiliara Instituição a cumprir sua missão de articular o ensino, extensão, pesquisa e inovação, para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes, além de desenvolver e difundir conhecimento científico e tecnológico, formando profissionais capacitados para o Mundo do Trabalho, em um processo de reflexão crítica e tomada de consciência visando à transformação da realidade.

A CPA Breves, na busca de envolver toda a comunidade na participação da autoavaliação institucional, promove a sensibilização diária e constante de alunos, técnicos administrativos e docentes sobre a importância do processo para a melhoria da instituição. E para que a participação da comunidade seja cada vez maior, destinamos durante uma semana do período avaliativo, pelo menos duas horas diárias, os computadores dos laboratórios de informática para que os alunos que não têm acesso à internet acessem o SIGAA e possam preencher o questionário de autoavaliação. No caso da equipe docente, um computador fica disponível na sala dos professores para que todos tenham a oportunidade de preencher o questionário em intervalos de sala de aula, sem que seja necessário destinar momentos fora do instituto para tal finalidade.

A CPA local sempre que necessário conta com o apoio dos diversos setores do Instituto para a realização e o bom desempenho de suas atividades, seja a partir do uso de materiais de escritório ou para confecção de banner de divulgação, seja pela pronta disposição da equipe técnica do Campus em promover as atividades da CPA. Exemplos são as parcerias constantes com a ASCOM, na divulgação da autoavaliação em mídias sociais, ou o uso dos laboratórios de informática para o preenchimento dos questionários durante o período de autoavaliação. Estes são, sem dúvida, fundamentais para o maior engajamento participativo da comunidade do Campus na pesquisa.

Sobre nossas expectativas para o quadriênio 2019-2023, esperamos que a infraestrutura do Campus em relação à rede de internet e laboratórios de informática sejam melhorados, contribuindo para a maior participação da categoria discente, haja vista que muitos alunos não têm acesso à internet em suas residências, contando unicamente com o acesso à internet disponível no Campus. Esperamos também, tornar cada vez mais evidente a toda a comunidade a relevância da avaliação interna e dos demais processos avaliativos para o crescimento e desenvolvimento do IFPA em nossa cidade e conseqüentemente da própria região.

14 GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), as Leis Orçamentárias Anuais (LOA) e o Plano Plurianual (PPA) são os documentos legais que definem as previsões orçamentárias dos Institutos Federais, assim, com base em tais documentos, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) define a Matriz Orçamentária Anual do Campus Breves.

Desta forma, o planejamento e o cronograma de execução do recurso orçamentário são distribuídos por meio do Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) em despesas de Custeio e Investimento do Campus, além disso, é possível separar o orçamento por Ações relacionadas ao Funcionamento da Educação e à Assistência Estudantil.

Quanto à sustentabilidade financeira e à gestão econômica dos recursos recebidos, o Campus Breves apoia-se principalmente em recursos orçamentários oriundos da União, vinculados ao Tesouro Nacional. Contudo, nos últimos anos, os recursos fixados na Matriz Orçamentária do Campus têm demonstrado ser insuficientes para garantir a manutenção de toda a cadeia de atividades e os projetos desenvolvidos, principalmente em virtude da necessidade de se expandir a infraestrutura física e o número de alunos na região do Marajó.

Assim, com o objetivo de demonstrar a solidez e a factibilidade do planejamento proposto no PDI, há necessidade de complementação da Unidade Orçamentária durante o exercício financeiro, tal ação, deverá ser realizada por meio de solicitação de créditos adicionais à Reitoria do IFPA, bem como descentralização e complementação de créditos por meio da celebração de convênios, acordos de cooperação técnica e termos de doação de recurso de parlamentares, todos com o objetivo de garantir a sustentabilidade financeira e orçamentária desta Instituição.

15 PROCESSO DE MONITORAMENTO, CONTROLE E REVISÃO DO PDC

O acompanhamento e avaliação do desempenho deste PDC ocorrerá anualmente, de modo a favorecer a correção de desvios que possam ocorrer durante sua implementação. Nesses momentos de avaliação, será realizado um levantamento relacionado a cada um dos objetivos e metas estipulados, tendo como base o acompanhamento do Plano Anual de Metas (PAM).

A intenção é que no primeiro bimestre de cada ano, as áreas apresentem um Plano de Ação referente às ações do ano corrente. O monitoramento dos objetivos e metas será acompanhado pelo Setor de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação Institucional, que obterá as informações sobre o avanço obtido nas metas e nas iniciativas junto a cada setor do Campus. Além do preenchimento das informações no SIGPP, o Setor de Planejamento irá dar suporte às áreas para a efetivação das ações, sugerindo estratégias e apontando os possíveis caminhos para que sejam realizadas conforme o planejado no PDC.

Para a comunicação às partes interessadas, o Setor de Planejamento realizará a cada quatro meses (abril, agosto e dezembro) reuniões de alinhamento com os responsáveis pelas áreas para compartilhar resultados, dificuldades e estratégias adotadas, de forma a manter todos informados sobre o andamento das atividades do Campus em relação ao PDC e ao PAM do respectivo ano. A avaliação anual do PDC ocorrerá sempre no mês de dezembro,

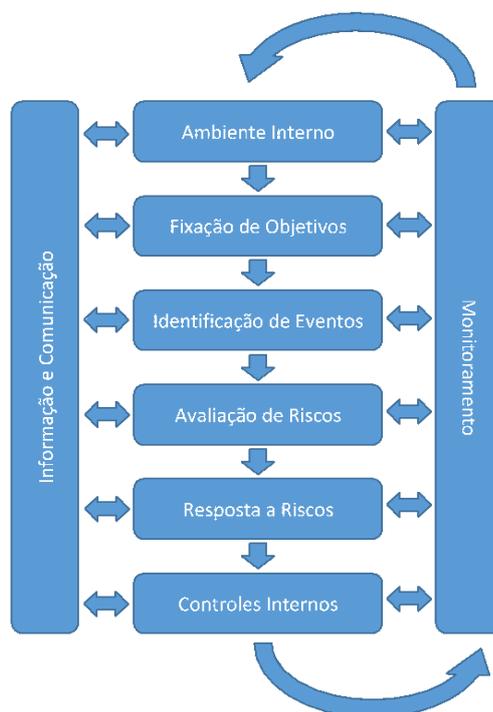
envolvendo toda a comunidade acadêmica nas discussões e tratamentos de oportunidades de melhoria.

Ao final de cada ano, após a atualização das informações no SIGPP, será realizada a comparação entre o que foi executado (real) e o planejado, o que servirá de base para ações corretivas que se mostrarem necessárias.

16 PLANO PARA GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos no planejamento do Campus Breves obedece a Política de Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão do IFPA (PGIRC), a aprovação da Resolução nº 188/2017-CONSUP-IFPA, que estabelece que o modelo metodológico adotado pelas unidades do IFPA na gestão de risco deve ser estruturado com base no COSO ERM *Framework*, na ABNT NBR ISO 31000, na ABNT NBR ISSO/IEC 31010 e em boas práticas, composto de 8 componentes (etapas), sendo que o fluxo entre as componentes deve seguir um processo cíclico, visando a implementações de melhorias, conforme o modelo retratado na figura a seguir:

Figura 3 - Componentes adotadas na gestão de riscos.



Fonte: DPDI, (2020).

a) Ambiente Interno

O ambiente interno compreende, entre outros elementos, integridade, valores éticos e competência das pessoas, maneira pela qual a gestão delega autoridade e responsabilidades, estrutura de governança organizacional e políticas e práticas de recursos humanos.

Tais elementos são observados no âmbito geral do IFPA por meio das regulamentações aprovados pelo CONSUP, onde se destacam o Estatuto (Resolução nº 148/2016 – CONSUP, de 08 de setembro de 2016) e o Regimento Geral (Resolução nº 399/2017-CONSUP, de 11 de setembro de 2017), bem como o Regimento Interno da Comissão de Ética (Resolução nº 016/2017 – CONSUP, de 24 de janeiro de 2017), que integra o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, coordenado pela Comissão de Ética Pública (CEP).

O plano de gestão de riscos do Campus Breves tem como base a Resolução nº 188/2017-CONSUP, de 02 de maio de 2017, que regulamenta a Política de Gestão da Integridade, Gestão de Riscos e Controles Internos no IFPA.

O quadro abaixo apresenta o detalhamento dos riscos identificados na busca pelo alcance dos objetivos estratégicos do Campus Breves.

Quadro 9 – Mapa de Riscos

Objetivo Estratégico	Identificação do Risco			Avaliação do Risco				Resposta ao Risco	Unidade Gestora do Risco
	Evento	Causas	Efeitos (Consequências)	Tipologia do Risco	Probabilidade do Risco	Impacto do Risco	Nível de Risco		
AC1 - Desenvolver a gestão de pessoas com foco em resultados	Não possuir recurso para realizar as atividades	Contingenciamento do orçamento do Campus	Desmotivar a participação dos servidores em atividades de Valorização	Financeiro	Alta (>50% <= 90%)	Alto	Risco Crítico	Reduzir	Coordenação de Gestão de Pessoas
AC2 – Implementar a Governança Institucional	Dificuldade em obter os dados das respectivas áreas	Não comprometimento dos gestores em manter os dados de suas áreas atualizados	Atraso e maior esforço para a atualização dos dados	Operacional	Média (>30% <= 50%)	Pequeno	Risco Moderado	Reduzir	Coord. de Planejamento
	Dificuldade em obter informações das ações de controle de risco junto às áreas	Não realização das ações de controle pelas áreas	Maior suscetibilidade aos riscos identificados	Operacional	Média (>30% <= 50%)	Moderado	Risco Alto	Eliminar	Coord. de Planejamento
IT1 – Consolidar e ampliar a infraestrutura	Não ser realizada a manutenção preventiva e corretiva	Não Haver recurso orçamentário para a execução das manutenções necessárias no campus	Campus deteriorado	Financeiro	Baixa (>=10% <= 30%)	Moderado	Risco Moderado	Eliminar	Depart. Administração
	Não ocorrer repasse do recurso	Continuidade do contingenciamento no orçamento do Campus	Indisponibilidade de infraestrutura predial para atender ao volume de cursos e estudantes.	Financeiro	Alta (>50% <= 90%)	Alto	Risco Crítico	Compartilhar	Direção Geral
OF1 – Otimizar a execução orçamentária e financeira	Recurso orçamentário insuficiente às necessidades do campus	contingenciamento orçamentário pelo governo federal	Prejuízo às atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão	Financeiro	Média (>30% <= 50%)	Moderado	Risco Alto	Reduzir	Coord. Contabilidade
PI2 - Aumentar a qualidade da formação acadêmica	Não cumprimento de acordos totalmente	Descomprometimento dos parceiros	Não atendimento das ofertas de vagas previstas	Operacional	Alta (>50% <= 90%)	Alto	Risco Crítico	Compartilhar	Depart. Ensino
	Haver poucas instituições que disponibilizam vagas de estágios nas áreas ofertadas pelo Campus	Baixo índice de instituição regulamentada	Não haver o número esperado de vagas disponibilizadas de estágio	Legal	Média (>30% <= 50%)	Alto	Risco Alto	Reduzir	Setor de Estágio
PI3 - Fortalecer a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.	Não efetivação de projetos e ações dos Núcleos de Extensão.	Indisponibilidade dos servidores ou carga horária semanal completa	Não atendimento das demandas do Campus	Operacional	Baixa (>=10% <= 30%)	Moderado	Risco Moderado	Reduzir	Coord. Extensão
	Projetos de Curricularização de Extensão não serem promovidos	NDE recusar os projetos	Não cumprimento da legislação sobre Curricularização da Extensão	Legal	Muito baixa (< 10%)	Moderado	Risco Baixo	Reduzir	Depart. Ensino e Coord. Extensão
	Incapacidade de ofertar os Cursos FICs pelo Centro de Idiomas	Indisponibilidade de carga horária ou inexistência de professores capacitados; falta de infraestrutura para a oferta dos Cursos.	Não ser promovido os cursos FIC e não atender a demanda existente.	Operacional	Baixa (>=10% <= 30%)	Moderado	Risco Moderado	Reduzir	Centro de Idiomas; Coord. Extensão; Depart. Ensino

Objetivo Estratégico	Identificação do Risco			Avaliação do Risco				Resposta ao Risco	Unidade Gestora do Risco
	Evento	Causas	Efeitos (Consequências)	Tipologia do Risco	Probabilidade do Risco	Impacto do Risco	Nível de Risco		
PI4 - Fortalecer o processo de ensino e aprendizagem	Sobreposição de demandas urgentes ou de maior impacto	Preenchimento de carga horária dos professores com outras demandas, como construção de PCC, projetos e horas/aula	Não realização dos processos de seleção	Operacional	Média (>30% <= 50%)	Pequeno	Risco Moderado	Eliminar	Depart. Ensino
	Urgência na elaboração/ atualização de PPC	Ausência de planejamento suficiente para o cumprimento do processo de elaboração/atualização em tempo hábil	Publicação de PPC sem a política de nivelamento	Operacional	Média (>30% <= 50%)	Moderado	Risco Alto	Eliminar	Setor de Ensino e Depart. Ensino
	Concorrência dos projetos de ensino com outros (pesquisa e extensão)	Preenchimento de carga horária dos professores com outros projetos	Baixa realização de projetos de ensino	Operacional	Média (>30% <= 50%)	Pequeno	Risco Moderado	Reduzir	Setor de Ensino e Depart. Ensino
	Não atendimento adequado de estudantes que precisem do apoio do NAPNE	Indefinição de processos de atendimento	Não atendimento da legislação	Legal	Baixa (>=10% <= 30%)	Alto	Risco Alto	Eliminar	NAPNE
	Projetos de extensão não serem promovidos	NDE recusar os projetos	Não cumprimento da legislação sobre Curricularização da Extensão	Legal	Muito baixa (< 10%)	Moderado	Risco Baixo	Eliminar	Coord. Extensão
	Diminuição do número de vagas disponíveis nos editais do PIBID	Contingenciamento do orçamento do Campus	Envolvimento de menor número de estudantes atendidos pelo PIBID	Financeiro	Alta (>50% <= 90%)	Moderado	Risco Alto	Aceitar	Depart. Ensino
PI5 - Fomentar políticas e programas institucionais e governamentais	Não ter projeto aprovado em Editais da PROEXTENSÃO	Baixa participação	Não incentivar o desenvolvimento da Extensão no Campus	Operacional	Baixa (>=10% <= 30%)	Pequeno	Risco Moderado	Aceitar	Coord. Extensão e Depart. Ensino
	Baixa Participação de Egressos nos eventos promovidos pelo Comitê	Dificuldade em ter contato com os egressos do Campus devido a não atualização de dados cadastrais	Não atender os Egressos com as políticas promovidas CGIPE	Operacional	Média (>30% <= 50%)	Moderado	Risco Alto	Reduzir	CGIPE e Coord. Extensão
PI6 - Ampliar a oferta de vagas em pós-graduação e qualificação dos servidores	Não ser preenchido o quantitativo de vagas disponibilizadas nas especializações	Os cursos ofertados não serem atrativos para a região	Evasão ou falta de procura	Operacional	Baixa (>=10% <= 30%)	Moderado	Risco Moderado	Reduzir	Depart. Ensino
PI8 - Promover pesquisa científica e tecnológica	Não haver disponibilização de bolsas CNPq /CAPES /FAPESPA	Recurso reduzido	Baixo incentivo a pesquisa no país	Financeiro	Alta (>50% <= 90%)	Alto	Risco Crítico	Reduzir	Coord. Pesquisa
	Dificuldade em identificar parceiros interessados em executar projetos de pesquisa	Percepção distorcida das empresas como se o Instituto fosse órgão fiscalizador	Resistência de empresas locais em aceitar parcerias	Imagem	Média (>30% <= 50%)	Moderado	Risco Alto	Reduzir	Coord. Pesquisa e Depart. Ensino

Objetivo Estratégico	Identificação do Risco			Avaliação do Risco				Resposta ao Risco	Unidade Gestora do Risco
	Evento	Causas	Efeitos (Consequências)	Tipologia do Risco	Probabilidade do Risco	Impacto do Risco	Nível de Risco		
RS1 – Fortalecer as políticas de acesso, permanência, êxito e inclusão social	Não serem atendidos todos os alunos que necessitam de assistência estudantil	Recurso orçamentário reduzido. Dificuldade em identificar os alunos que necessitam de assistência (psicossocial, visita domiciliar)	Possibilita o aumento do número de alunos evadidos do Campus	Financeiro	Média (>30% <= 50%)	Alto	Risco Alto	Reduzir	Setor de Assistência Estudantil
	O NAPNE do Campus ser descontinuado	Mudanças organizacionais (redistribuição remoção de responsáveis)	Inviabilizar a realização das ações necessárias para o público do NAPNE	Legal	Baixa (>=10% <= 30%)	Moderado	Risco Moderado	Eliminar	NAPNE
	Haver descontinuidade de ações de núcleos já implementados	Mudanças organizacionais (redistribuição remoção de responsáveis)	Inviabilizar a realização das ações necessárias para o público do NAPNE e NEABI	Operacional	Baixa (>=10% <= 30%)	Moderado	Risco Moderado	Reduzir	Coord. Extensão e Depart. Ensino
	Indisponibilidade de Infraestrutura para receber novas turmas no Campus	Contingenciamento de orçamento destinado para retomada de obras	Impossibilidade de realizar novos processos seletivos	Financeiro	Média (>30% <= 50%)	Alto	Risco Alto	Reduzir	Depart. Ensino
	Parceiros não cumprirem obrigações estabelecidas nos Acordos	Não ser atividade prioritária para o parceiro	Não ser ofertado o curso no período previsto	Legal	Média (>30% <= 50%)	Alto	Risco Alto	Reduzir	Depart. Ensino
	Indisponibilidade de Infraestrutura para receber novas turmas no Campus	Contingenciamento de orçamento destinado para retomada de obras	Impossibilidade de realizar novos processos seletivos	Financeiro	Média (>30% <= 50%)	Alto	Risco Alto	Reduzir	Depart. Ensino
	Não ter servidor para o atendimento psicossocial ou haver alta demanda. Não acompanhamento dos docentes em horários extraescolares devido preenchimento da carga horária deles. Não serem atendidos todos os alunos que necessitam de auxílio estudantil	O aumento no número estudantes sem o aumento de infraestrutura e recursos humanos. Recurso orçamentário reduzido.	Surgimento do desinteresse do discente devido a um atendimento deficitário de suas necessidades psicossociais e acadêmica, aumentando, o número de alunos evadidos do Campus	Financeiro	Alta (>50% <= 90%)	Alto	Risco Crítico	Reduzir	Depart. Ensino
Alunos não atenderem os requisitos para a conclusão do curso dentro do tempo previsto (TCC, estágio obrigatório)	Dificuldades em encontrar oferta de estágio. Dificuldades dos docentes em conciliar o acompanhamento dos TCCs junto com carga horário de aula.	Impedimento de participar da diplomação (certificado de conclusão)	Operacional	Média (>30% <= 50%)	Moderado	Risco Alto	Reduzir	Coord. Cursos e Setor de Estágio	
RS2 – Estimular a inovação, sua proteção e transferência para a sociedade	Recurso orçamentário insuficiente para a produção de tecnologias	Contingenciamento orçamentário pelo governo federal	Não aquisição de equipamentos ou materiais de consumo para o desenvolvimento de tecnologias	Financeiro	Baixa (>=10% <= 30%)	Moderado	Risco Moderado	Compartilhar	Depart. Administração e Depart. Ensino
	Não inclusão de conteúdos de Inovação e Propriedade Intelectual nos PPCs	Elaboração de PPC com planejamento e em tempo inadequados	Não promover a cultura de inovação na formação dos estudantes	Operacional	Média (>30% <= 50%)	Moderado	Risco Alto	Eliminar	Setor de Ensino, Depart. Ensino e Agente de Inovação

Objetivo Estratégico	Identificação do Risco			Avaliação do Risco				Resposta ao Risco	Unidade Gestora do Risco
	Evento	Causas	Efeitos (Consequências)	Tipologia do Risco	Probabilidade do Risco	Impacto do Risco	Nível de Risco		
RS4 - Ampliar a sustentabilidade ambiental	Demora na implementação do Plano de Logística Sustentável no Campus	Concorrência com outras atividades paralelas, encaradas como de maior prioridade	Não acompanhamento de metas definidas no documento	Operacional	Baixa (>=10% <= 30%)	Moderado	Risco Moderado	Eliminar	Comissão de Meio Ambiente e Depart. Administração
	Não realização dos eventos e demais atividades pedagógicas para a sensibilização e divulgação sobre sustentabilidade	Aumento do contingenciamento no orçamento do Campus	Desmotivação da comunidade acadêmica e foco em necessidades básicas da instituição.	Financeiro	Média (>30% <= 50%)	Alto	Risco Alto	Reduzir	Comissão de Meio Ambiente e Depart. Ensino
	A não utilização de recipientes reutilizáveis para o consumo de líquidos.	Extravio ou danificação dos copos ou recipientes reutilizáveis	Necessidade do uso de copos descartáveis.	Operacional	Alta (>50% <= 90%)	Alto	Risco Crítico	Reduzir	Comissão de Meio Ambiente e Depart. Ensino
	Não conseguir adquirir os materiais necessários para racionalização de energia e as reformas previstas nos planos	Contingenciamento do orçamento do Campus	A não redução no consumo de energia elétrica.	Financeiro	Muito alta (>90%)	Catastrófico	Risco Crítico	Reduzir	Comissão de Meio Ambiente e Direção Geral

Fonte: IFPA, 2019 (PDI 2019-2023).

b) Fixação de Objetivos

Esta componente compreende a definição e explicitação de objetivos que estejam alinhados à missão e à visão da organização, sendo necessário para permitir a identificação de eventos que potencialmente impeçam sua consecução.

Os objetivos estratégicos do Campus Breves, para os exercícios 2019 a 2023, foram definidos e estão explicitados no Quadro 3. Anualmente, também poderão ser acrescentados novos objetivos, indicadores e metas no planejamento do campus, sendo que a estes também podem haver riscos associados, os quais também deveram ser geridos, conforme metodologia proposta.

c) Identificação de Eventos

Nesta componente, compreende-se a identificação dos riscos, ou seja, a identificação de eventos negativos que possam ocorrer e que impactarão no alcance dos objetivos estabelecidas.

Esta identificação deve ocorrer anualmente, atrelado a formalização do Plano Anual de Metas (PAM) do campus, e em uma perspectiva de causas e efeitos ocasionados pela provável ocorrência de tais eventos negativos. Na prática, devem ser identificados os riscos atrelados à cada uma das metas estabelecidas para o respectivo ano.

d) Avaliação de Riscos

Esta etapa consiste em avaliar cada risco identificado classificando-o seguindo a tipologia do risco e mensurando o nível sob uma perspectiva de probabilidade, que caracteriza como a chance de ocorrência/consumação do risco, e de impacto, que são as consequências causadas pelo mesmo e afetarão ou impedirão a consecução dos objetivos e metas.

A avaliação deve ocorrer anualmente com a identificação de novos riscos, assim como os riscos que persistirem do ano anterior devem ser reavaliados quanto ao nível em decorrência de possível mudanças nas categorias de probabilidade e impacto.

A classificação da tipologia do risco e a mensuração da probabilidade e impacto, deverão seguir as categorias e escalas, respectivamente, estabelecidas no Manual de Gestão de Riscos do IFPA.

e) Resposta a Riscos

A partir da avaliação dos riscos e do apetite de risco definido, deverão ser elencadas as respostas a serem adotadas para cada risco mapeado. Ou seja, qual será a postura a ser adotada pelo campus diante do risco identificado e avaliado.

As respostas podem variar entre:

- **Eliminar:** Promover ações que evitem a ocorrência ou eliminem as causas e/ou efeito, de modo que não impactem nos objetivos;
- **Aceitar:** Conviver com o risco mantendo práticas e procedimentos existentes, considerando a impossibilidade de adoção de novas medidas ou que o curto não compense;
- **Reduzir:** Adotar medidas para reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou os impactos causados, de modo quando ocorra não impacte severamente nos objetivos;
- **Compartilhar:** Reduzir a probabilidade ou impacto pela transferência ou compartilhamento de uma parte do risco (seguro, terceirização da atividade, etc.).

O apetite à risco é nível de risco que a organização está disposta a aceitar. Em termos práticos, é o limite toleráveis de exposição aos riscos identificados, considerando-se o nível de risco atribuído na avaliação, sem que sejam tomadas medidas de tratamento para eliminar, reduzir ou compartilhar. O campus irá seguir o apetite de risco estabelecido pelo CGRCI na definição das respostas ao risco.

f) Atividade de Controles Internos

Consiste na definição das políticas e dos procedimentos executados para mitigar os riscos que a organização tenha optado por tratar. Também denominadas de procedimentos de controle, devem estar distribuídas por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções. Incluem uma gama de controles internos da gestão preventivos e detectivos, bem como a preparação prévia de planos de contingência e resposta à materialização dos riscos.

Os procedimentos de controles da gestão deverão ser definidos anualmente no PAM, tanto para os riscos vinculados aos objetivos e metas do PDC, quanto a outros objetivos e metas que poderão ser estabelecidos pelas unidades em seus respectivos planos.

g) Informação e Comunicação

Durante todo o processo de gerenciamento dos riscos as informações relevantes devem ser identificadas, coletadas e comunicadas, a tempo de permitir que as pessoas cumpram suas responsabilidades, não apenas com dados produzidos internamente, mas, também, com informações sobre eventos, atividades e condições externas, que possibilitem o gerenciamento de riscos e a tomada de decisão. A comunicação das informações produzidas deve atingir todos os níveis, por meio de canais claros e abertos que permitam que a informação flua em todos os sentidos.

h) Monitoramento

Tem como objetivo avaliar a qualidade da gestão de riscos e dos controles internos da gestão, por meio de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes,

buscando assegurar que estes funcionem como previsto e que sejam modificados apropriadamente, de acordo com mudanças nas condições que alterem o nível de exposição a riscos.

Os registros das etapas de identificação, avaliação, resposta aos riscos e controles internos serão realizadas por meio do Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Projetos (SIGPP), sob orientação e monitoria da Coordenação de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação Institucional do campus (CPDAI).

17 CONCLUSÃO

O Plano de Desenvolvimento do Campus é essencial para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023) do IFPA. A partir de um detalhamento e contextualização das metas e atividades à realidade do Campus Breves, vislumbramos ser possível cumprirmos nossa missão e gerar condições para a concretização de nossa visão, contribuindo com os anseios e visões de futuro de todo o Instituto, de forma que mantenhamos e avancemos em relação a excelência no ensino, na pesquisa, no desenvolvimento de tecnologias e na inovação destinados à construção de uma sociedade cada vez melhor para todos os cidadãos.

O princípio de colaboração que baseou a elaboração deste PDC será mantido ao longo de todo o período em que for vigente, fornecendo à comunidade acadêmica e à sociedade não apenas as informações a respeito do andamento na efetivação das ações planejadas, mas proporcionando espaços de diálogo e de contribuição que permitam a constituição de um documento atualizado e aderente às necessidades dos sujeitos que usufruem dos serviços prestados pelo Campus e da sociedade marajoara em geral.

O acompanhamento das ações planejadas será uma das principais estratégias para que a expectativa da comunidade acadêmica diante do escopo estruturado seja atendida, em especial, em relação aos esforços que o Instituto despenderá para concretizá-lo. Nessa tarefa, todos os setores do Campus são corresponsáveis, tendo o Setor de Planejamento o papel de estimular, assessorar e motivar o avanço nas ações previstas, contribuindo para que a cultura do planejamento seja cada vez mais adotada e vivida por todos aqueles que fazem o Instituto e torne-se a principal mediação para o desenvolvimento e a implementação das oportunidades de melhoria identificadas junto a todas as partes interessadas.

REFERÊNCIAS

IFPA. Plano de Desenvolvimento do Campus Breves 2014-2018. Disponível em: <http://breves.ifpa.edu.br/documentos/plano-de-desenvolvimento-do-ifpa-campus-breves/1561-pdc-2014-2018-revisao-final-12-07-2017/file>.

IFPA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Disponível em: <https://ifpa.edu.br/documentos-institucionais/0000/pdi-2019-2022/4759-pdi-2019-2023/file>.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. **Instrução Normativa nº 002/2017, de 25 de setembro de 2017**. Cria a Estrutura Organizacional de Referência para os Campi do IFPA, com vistas à padronização de funções e atribuições. Belém: Gabinete da Reitoria, 2017. Disponível em: <https://prodin.ifpa.edu.br/institucionais/instrucao-normativa-n-002/1367-instrucao-normativa-n-002-2017/file>. Acesso em: 13 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. **Projeto Pedagógico Institucional PPI/IFPA 2017**. Disponível em: <http://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/departamento-de-ensino-superior/3-politicas-e-normativas-institucionais/ppi-pdi-e-regulamento-didatico-pedagogico-do-ensino/1846-projeto-pedagogico-institucional-ppi-ifpa-2017>. Acesso em: 27 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior. **Resolução nº 39, de 14 de fevereiro de 2020**. Cria a Estrutura Organizacional do Campus Ananindeua do IFPA, com vistas à padronização de funções e atribuições. Belém: Conselho Superior, 2019 Disponível em: Disponível em: https://www.sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf;jsessionid=BF7151F9E269BD1D023F88D8F4D4E5CE.node1default. Acesso em: 02 abr. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior. **Resolução nº 41, de 21 de maio de 2015**. Aprova o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA. Belém: Conselho Superior, 2015.

Disponível em: https://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 27 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior. **Resolução nº 101/2019, de 03 de junho de 2019**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), vigência 2019 – 2023. Disponível em: <https://ifpa.edu.br/ultimas-noticias/1061-plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>. Acesso em: 27 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior. **Resolução nº 148, de 08 de setembro de 2016**. Aprova o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Belém: Conselho Superior, 2016. Disponível em: https://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 27 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior. **Resolução nº 399, de 21 de setembro de 2017**. Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal do Pará, que regulamenta as atividades da Administração Superior, da Reitoria, dos Campi e demais órgãos que compõem a Instituição. Belém: Conselho Superior, 2017. Disponível em: https://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 29 ago.2019.